



O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Bom dia a todos.

Declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária, de oitava, de forma híbrida, presencial e remota, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, destinada à oitava dos Deputados Delegado Waldir e Felício Laterça, arrolados pelo Deputado Alexandre Leite, Relator do processo referente à Representação nº 17, de 2019, em desfavor do Deputado Daniel Silveira.

Em conformidade com o art. 5º, parágrafo único, do Ato da Mesa nº 123, de 2020, que regulamenta a Resolução nº 14, de 2020, está dispensada a leitura da ata.

Em votação a ata da 18ª Reunião deste Conselho de Ética, realizada em 13 de abril de 2021.

Os Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata da 18ª Reunião deste Conselho, realizada em 13 de abril de 2021.

Comunicações.

Em relação à Representação nº 17, de 2019, em desfavor do Deputado Daniel Silveira, comunico o seguinte.

Em 5 de abril de 2021 foi apresentado o Plano de Trabalho do Deputado Alexandre Leite, Relator, e, em atendimento ao pedido constante no item 3, no qual requer o envio de informações acerca de gravações de conversas realizadas entre o representado e outros Parlamentares e autoridades públicas, nos celulares e no *notebook* apreendidos, para fins de instrução do processo referente à citada representação, o Conselho enviou ao Supremo Tribunal Federal, em 5 de abril, ofício solicitando o requerido pelo Relator.

Em 7 de abril de 2021 foi protocolada petição do representado, o Deputado Daniel Silveira, na qual solicita:

1. O não encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal da diligência constante no item 3 do Plano de Trabalho;



2. O reconhecimento e declaração de suspeição e conseqüente impedimento do Relator.

Em 9 de abril do corrente ano foi protocolada no Conselho de Ética a seguinte resposta do Supremo Tribunal Federal, referente ao item 3 do Plano de Trabalho do Relator — entre aspas —: *"Os bens apreendidos encontram-se em fase de análise pericial na Polícia Federal, o que inviabiliza, por ora, o fornecimento das informações requeridas"*.

Em resposta à petição da defesa, esta Presidência informa aos Srs. Parlamentares e aos advogados da defesa presentes nesta reunião que, primeiro, o pedido de não encaminhamento ao Supremo é matéria vencida, já que, quando do recebimento dessa solicitação, o Conselho de Ética já havia encaminhado ofício ao Supremo Tribunal Federal — cuja resposta acabei de relatar.

Com relação à arguição de suspeição do Relator, afasto o pedido, já que não ficou demonstrado qualquer ato do Relator que corrobore tal solicitação. Ressalto inclusive que o Código de Ética possui normas que preventivamente afastam a possibilidade de qualquer interesse pessoal quando da escolha do Relator, na medida em que restringe a sua escolha, não podendo pertencer, por exemplo, ao mesmo partido ou ao mesmo Estado do representado.

Esclareço, contudo, que esta Presidência, no momento oportuno, se posicionará quanto ao compartilhamento dos dados solicitados ao Supremo Tribunal Federal.

Com relação à Representação nº 8, de 2021, em desfavor do Deputado Daniel Silveira, comunico que foi protocolada a defesa escrita do representado, iniciando-se, nesta data, a instrução probatória.

Ordem do Dia.

Registro a presença remota do Dr. Jean Cleber Garcia, advogado do Deputado Daniel Silveira.

Faço alguns esclarecimentos a respeito da oitiva dos depoentes, conforme dispõe o art. 12 do Regulamento deste Conselho de Ética.



O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Sr. Presidente, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Peço que aguarde um minuto.

Será realizada a oitiva dos Deputados, um de cada vez, não estando presentes na sala, simultaneamente, os dois depoentes. Inicialmente, será dada a palavra ao Relator, o Deputado Alexandre Leite, para formular suas perguntas, que poderão ser feitas em qualquer momento que entender necessário. Com a inquirição inicial, será dada a palavra ao representado ou ao seu advogado, para seus questionamentos.

A chamada para que os Parlamentares inquiram o depoente será feita de acordo com a lista de inscrição, chamando-se, primeiramente, os membros deste Conselho, que têm até 10 minutos, improrrogáveis, para formular perguntas, com 5 minutos para a réplica. Será concedida aos Deputados que não integram o Conselho a metade do tempo dos membros, 5 minutos.

O Deputado que usar a palavra não poderá ser aparteado, e o depoente não será interrompido, exceto pelo Presidente ou pelo Relator.

Convido o Deputado Felício Laterça a entrar virtualmente na sala da reunião deste Conselho de Ética. *(Pausa.)*

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Sr. Presidente, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - O Sr. Jean Garcia solicitou a palavra. Tem a palavra V.Sa.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Sr. Presidente, inicialmente, não se reclamou na peça impugnativa referente à suspeição prévia do Relator, o Deputado Alexandre Leite. O que se arguiu na peça e que não foi apreciado, pelo visto, foi o fato da declaração dele de externar juízo prévio de valor, ao afirmar que o Deputado teria praticado este crime e que outros seriam apurados. Isso demonstra juízo prévio de valor, o que prejudica sobremaneira a defesa.



Como a defesa não foi intimada a tempo para interpor o recurso adequado, esta defesa se manifesta neste sentido, que manejará o recurso, que neste ato interpõe recurso em relação à não aceitação da arguição de suspeição, uma vez que o Deputado não se manifestou sobre a arguição para poder falar, declarar-se ou não suspeito, e gostaria que fosse conferido efeito suspensivo, com prazo para apresentação das razões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Sr. Jean, esta Presidência entende que o que foi relatado pelo Relator, em nenhum momento, fez com que ele fizesse algum juízo de valor sobre o caso em questão. Ele apenas colocou o rito que ele deseja imprimir, para que ele possa formar sua convicção acerca da culpabilidade ou da absolvição do representado.

Por isso, esta Presidência entendeu que não houve, nas palavras do Relator, nenhum ato que venha a ensejar sua suspeição.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Mas, de qualquer forma, eu insisto, Sr. Presidente. Na realidade, a impugnação não em relação ao plano de trabalho — foi exatamente em relação à manifestação dele em relação a isso. E não foi dada vista a ele para se manifestar sobre a arguição de suspeição. Isso fere o devido processo legal, porque tem que ser oportunizado ao Deputado que foi arguido como suspeito que ele se manifeste, inclusive, sobre a declaração que ele fez de que esse crime já estava sendo apurado e outros mais. Quando ele diz "esse crime", ele já declinou o juízo de valor dele, ao dizer que o Deputado já praticou o crime. O que nós estamos fazendo aqui tão somente é o preenchimento de protocolo. Em sendo...

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Ele antecipou o julgamento.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Ele antecipou o julgamento dele. Então, por questão de ordem, quer dizer, pela ordem, porque questão de ordem só pode se dar por membros da Casa, pela ordem, eu requeiro que seja recebido o recurso agora interposto pela não aceitação da suspensão, por violação ao rito do



devido processo legal, porque o suspeito, é certo, teria que ser notificado para justificar ou não a fala dele para ele ser julgado suspeito ou não.

A violação deste rito vai macular de nulidade o processo, porque existe a possibilidade de interposição de recursos sobre o não recebimento da arguição da defesa de suspeição. Isso pode gerar a nulidade e a perda de todos os nossos trabalhos em relação a isso.

Eu estou interpondo o recurso agora e gostaria que fosse aberto o prazo para a apresentação das razões e que ele fosse recebido com efeito suspensivo, deixando bem claro, Sr. Presidente, que não é pelo plano de trabalho que eu estou alegando a suspeição, mas, sim, pela antecipação do juízo de valor do Sr. Relator em relação à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Não cabe questão de ordem ou pela ordem do advogado da defesa. Questões de ordem...

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Por favor, não me interrompa quando eu estiver com a palavra.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Então, o senhor me devolva a palavra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Para que nós possamos conduzir esta reunião com tranquilidade, eu peço a V.Sa. que não me interrompa quando eu estiver com a palavra.

Não cabe questão de ordem ou pela ordem pelo advogado da defesa. Fazer questões de ordem nesta Comissão, como em qualquer outra desta Casa, só cabe a membro da Comissão.

Eu ouço o Deputado Carlos Sampaio, que solicitou a palavra.

O SR. CARLOS SAMPAIO (Bloco/PSDB - SP) - Sr. Presidente, primeiramente, faço uma indagação a V.Exa. Eu queria saber se o estatuto do Conselho de Ética prevê um rito para casos de alegação de suspeição. Eis uma pergunta objetiva que eu formulo à assessoria do Conselho de Ética.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Deputado Carlos Sampaio, o áudio de V.Exa. está muito baixo. Não sei se V.Exa. pode aumentá-lo um pouco. Eu não ouvi suas considerações.

O SR. CARLOS SAMPAIO (Bloco/PSDB - SP) - É uma dúvida que eu tenho para ser respondida pela assessoria técnica do Conselho de Ética. Pergunto se existe, no nosso Código de Ética, alguma previsão de rito para a alegação de suspeição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Não existe, Deputado Carlos Sampaio. Não existe nenhuma previsão neste sentido no nosso Conselho de Ética nem no Regimento Interno da Casa.

O SR. CARLOS SAMPAIO (Bloco/PSDB - SP) - Então, Sr. Presidente, é nesta linha que eu gostaria de me manifestar. Eu tinha conhecimento, mas queria ouvir isso de V.Exa., para que todos os nossos pares também tenham esta informação.

É evidente que um processo ético-disciplinar, pela própria doutrina, tem uma característica judicialiforme, ou seja, uma forma de ato judicial. Mas, evidentemente, não se pode exigir num juízo que tem uma finalidade ética, uma finalidade de análise, mas também num juízo político, o extremado formalismo que se exige num processo judicial.

Por óbvio, neste Conselho não há só advogados; neste Conselho não há pessoas que compreendem com profundidade o direito, nem era o caso de compreenderem, porque elas estão julgando um comportamento de quebra de decoro parlamentar, que tem cunho jurídico procedimental, mas tem também cunho especialmente político. Não faz o menor sentido fazer-se um paralelismo entre julgamento judicial e julgamento a ser feito pelo Conselho de Ética. Aliás, o próprio Supremo Tribunal Federal já se manifestou neste sentido.

Então, o que o advogado pretende é dar uma rigidez e promover um paralelismo com o processo judicial, como se aqui fosse uma Corte de julgamento judicial, e não o é. Ao contrário, em que pese, repito, o formato judicialiforme, nós temos um processo com formato jurídico, mas com características essencialmente



políticas. Assim, por si só, é descabida, a meu sentir, a alegação feita pelo advogado.

Vou além, no entanto. O comentário feito pelo Relator, em momento algum, externa juízo de valor. Quando o Relator diz "*o cometimento deste crime e de outros*", vem o advogado e diz: "*É evidente que, como ele disse que há o cometimento deste crime, ele já se antecipou dizendo que vai condená-lo*".

Eu queria dizer ao nobre advogado — e falo até na condição de promotor de Justiça licenciado que sou, já que agora estou cumprindo meu mandato de Deputado Federal — que nós e a família forense como um todo sabemos que nós não podemos, num juízo político como aquele que aqui há, nos apegar a uma palavra que foi mencionada pelo Relator para dizer que aí já se está a antecipar um voto. Há mais: ele disse isso num contexto em que ele pede o compartilhamento das provas. Aí, confesso que tenho minhas dúvidas se cabe ou não o compartilhamento. É diferente a discussão, e eu faço questão de me debruçar sobre ela, porque tenho minhas dúvidas se seria pertinente um compartilhamento amplo, geral e irrestrito, quando se está a analisar um fato concreto.

Trata-se de uma questão outra e eu digo à defesa que oportunamente me manifestarei, quando for instado por esta Presidência. No entanto, neste caso, ou seja, no fato de ele referir-se ao que este compartilhamento poderá levar à comprovação do crime aqui havido entre outros, ele está falando de um fato futuro e incerto. Se houvesse, de fato, esse encontro fortuito de provas, ele disse o que faria, e faria o correto: ele encaminharia o caso à Corregedoria para análise e eventual representação ao Conselho de Ética.

Portanto, nenhum dos comentários feitos pelo Relator, em momento algum, ofende o direito de defesa nem pode ser usado como um comentário a evidenciar a ausência de imparcialidade ou eventual ausência de isenção.

Eu discordo deste entendimento e acho que esse rigorismo não deve figurar no cerne do Conselho de Ética. Repito: quanto à solicitação do Relator sobre o



compartilhamento, tenho uma posição diversa e, em momento oportuno, irei externá-la, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Aliás, Deputado Carlos Sampaio, no início desta reunião, quando V.Exa. estava entrando na reunião, nós informamos ao Plenário que, com relação ao compartilhamento das informações, esta Presidência ainda vai se manifestar em momento oportuno.

Para complementar as informações quanto à solicitação do advogado de defesa, é sabido — aliás, já existe decisão do Supremo Tribunal Federal — que as regras de suspeição que existem nos códigos processuais não se aplicam ao processo ético-disciplinar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (Bloco/PSDB - SP) - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Tem a palavra a Deputada Alê Silva.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Presidente, *data maxima venia* o manifesto do colega Deputado Carlos Sampaio, eu impugno essa alegação de que aqui no Conselho de Ética não se deve aplicar o mesmo rigor que é aplicado no âmbito da Justiça. Nós havemos de lembrar que estamos aqui, sim, por uma questão de justiça, e esta questão de justiça deveria inclusive se sobrepor aos interesses políticos. Não vamos considerar que este julgamento é essencialmente político. Ele também é um caso de justiça. Nós vamos decidir a respeito do destino de um dos nossos pares.

Portanto, se o nobre Relator se manifestou, ainda que por uma infelicidade, de uma forma a antecipar seu julgamento, já considerando a prática dos atos do nosso colega Deputado Daniel Silveira como crime, ele deveria, sim, ser afastado do caso ou, pelo menos, um pedido de suspeição em razão da sua conduta deveria ser mais bem analisado.

Outro detalhe: *data maxima venia*, não cabe a este Conselho de Ética se curvar às decisões do STF. Já basta o Plenário, já bastam os demais. Vamos nos impor! Vamos marcar nosso espaço! Aqui a decisão é nossa, não é do STF. Nem



deveríamos sofrer a influência do que eles lá decidem, das suas jurisprudências. A súmula vinculante do STF eu entendo que não deve ser aplicada aqui.

Portanto, vamos com justiça, vamos com cuidado, vamos passo a passo. O destino de alguém está em nossas mãos. Aliás, não só o destino dele, mas também o de seus eleitores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Deputada Alê, tenha certeza de que o desejo desta Presidência é fazer com que os processos que cheguem a este Conselho sejam julgados com absoluta imparcialidade.

Nós entendemos o quanto é difícil um Deputado chegar a este Poder, e, por isso mesmo, todos nós precisamos ter o cuidado, a atenção e o equilíbrio para, de forma imparcial, repito, julgarmos cada representação que chegar a este Conselho. Porém, esta Presidência não vai, em nenhum momento, cercear aquilo que fala o Relator, muito menos aquilo que falará a defesa ou qualquer outro Parlamentar que faz parte deste Conselho. Não cabe a esta Presidência ficar cerceando a fala de qualquer dos que participam de julgamento no âmbito deste Conselho de Ética.

Tenha certeza V.Exa. de que nós haveremos de ter todo o rigor para que a imparcialidade impere neste Conselho. Eu tenho absoluta convicção, pelo preparo e pela competência do Deputado Alexandre Leite, de que ele terá toda a atenção e todo o equilíbrio na sua avaliação para, ao fim da instrução, proferir o seu relatório, que será, inclusive, submetido aos membros deste Conselho. Não tenho dúvida de que ele fará um relatório absolutamente imparcial, atendo-se aos autos e às provas que serão colhidos no decorrer deste processo.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - O senhor me permite um segundo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Pois não.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Sobre a interpelação que o senhor fez em relação a mim, em momento algum eu usei o termo "questão de ordem". Quanto ao termo, o Dr. Carlos Sampaio, que é Promotor de Justiça, vai poder



corroborar o que eu falo, que o uso da expressão "pela ordem" é comum de advogado, e é direito dele, em qualquer instância, foro ou onde quer que ele esteja exercendo as atividades dele, como forma de evitar qualquer tipo de abuso ou de desvirtuamento de algum rito em desfavor do seu constituinte. Se eu não o fizer, eu estarei negligenciando minha função de essencialidade ao serviço da Justiça. Então, eu não usei o termo "questão de ordem", mas, sim, "pela ordem", que é uma prerrogativa minha, esculpida no art. 7º do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. O Deputado Carlos Sampaio, promotor que é, é bem conhecedor da lei, e eu gostaria que ele corroborasse ou não meu entendimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Tenha certeza, Dr. Jean, de que a palavra de V.Sa. será concedida a todo momento do processo, como, aliás, preveem nosso Regimento Interno e o regulamento que conduz este Conselho de Ética.

Não é interesse desta Presidência cercear a palavra de V.Sa., em nenhum momento. Eu apenas fui um pouco mais veemente no momento em que eu estava falando, e V.Sa. tentou contra-argumentar. Mas tenha a certeza de que a palavra de V.Sa. será aqui, em todos os momentos, concedida porque, como eu disse, este Presidente haverá de conceder todas as garantias para que o amplo direito de defesa do representado possa ser externado na sua totalidade.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Eu agradeço e apresento minhas escusas, Sr. Presidente, se o interrompi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Eu consulto à assessoria se já está presente na sala a primeira testemunha, arrolada pelo Deputado Alexandre Leite.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Sr. Presidente Paulo Azi, estou presente. Felício Laterça, em plenário.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Sr. Presidente, posso fazer uso da palavra?



O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - A palavra está com V.Exa., Deputado Alexandre Leite, para inquirir a testemunha.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - O.k., mas não ainda para inquirir a testemunha; ainda sobre a questão da exceção de suspeição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Pois não, Deputado Alexandre Leite.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Sr. Presidente, apesar de esta já estar sendo considerada uma matéria vencida, eu faço questão de explicar. Eu acho que, caso se vá fazer esse paralelismo com o sistema judiciário, eu já tenho pronta aqui a decisão interlocutória. Eu faço a leitura dela, quanto à exceção de suspeição, e nós oficializamos isto aqui antes mesmo do início da sessão.

Apenas para contextualizar, no momento da discussão, explicando ao próprio advogado, de muita boa vontade da minha parte, as gravações eventuais — eu sempre falo eventuais: gravações eventuais, crimes eventuais, possíveis —, pois esse tipo de conteúdo, compartilhado ou não, se é que existe, eu acho que, pelo desespero que foi demonstrado por parte do advogado do próprio Deputado Daniel e pela forma como se portaram... Agora eu tenho muita convicção de que há conteúdo controverso e comprometedor aos atos do Deputado Daniel Silveira.

Eu ainda irei discutir com V.Exa., com o Deputado Carlos Sampaio e com a Mesa Diretora da Casa a questão da quebra de sigilo. Infelizmente, o Supremo ainda não tem, por parte da Polícia Federal — a Polícia Federal ainda está analisando. Mas, a partir desse desespero com o mero compartilhamento, ou seja, se nada tivessem encontrado ou se tivessem encontrado material probatório que favorecesse o Deputado Daniel Silveira, eles teriam usado. Por isso, eu sempre menciono '*eventuais crimes*'. Se os fatos contidos ali naquele aparelho ou naqueles aparelhos trouxessem subsídios para inocentar ou para recomendar o arquivamento do processo do Deputado Daniel Silveira, eles seriam utilizados. E o advogado, ainda naquela sessão, falava da busca pela verdade.



Qual é o medo da busca pela verdade em compartilhar as informações? A quebra de sigilo nesse caso é feita pelo Judiciário, ela já está sendo feita pelo Judiciário. Seria apenas o instituto da prova emprestado o compartilhamento dessas informações. Mas, repito, a partir do momento em que se nota uma reação, em que o conteúdo desses aparelhos possa ser comprometedor ou possa comprometer a defesa do Deputado Daniel Silveira, eu tenho mais convicção ainda.

Então, Presidente, eu passo a ler a minha decisão interlocutória referente à exceção de suspeição.

"Exceção de suspeição

Trata-se de exceção de suspeição arguida pelo representado, Deputado Federal Daniel Silveira, contra o Relator, alegando, em apertada síntese, que, em reunião deliberativa, realizada no dia 5 de abril de 2021, o Relator, ao se contrapor ao pedido de retirada ou delimitação do item 3 do plano de trabalho, deixou patente sua conclusão prévia sobre o fato em apuração e antecipou seu juízo de valor, o que o coloca em posição de impedimento e consequente suspeição.

Para sustentar tal alegação, o representado assevera que o Relator '*afirma com todas as palavras, que existiu um crime e está em busca de evidências de outros*', conclusão extraída da seguinte fala proferida pelo Relator:

(...) e no caso de haver outras questões de poder haver outros crimes eventualmente nas gravações" — aqui já está bem claro o que eu acabei de dizer —, "aqueles correlatos com esta representação vão ser sim, incluídos/inclusos e apurados e devidamente responsabilizados."

(...) àqueles que fogem ao conteúdo da representação, cabe a este Relator fazer, junto ao relatório, o encaminhamento à Corregedoria da Câmara dos Deputados, para que faça a devida apuração e eventual representação do que foge ao escopo da representação.

"Diante disso, alega o representado que tal posicionamento consubstanciou hipótese de antecipação de juízo de valor, não restando alternativa senão a de designação de outra relatoria para desempenhar a função com imparcialidade.



Insta consignar que, em nenhum momento, o Relator se manifestou em relação ao mérito da representação. Resta evidente, até mesmo no trecho trazido pelo representado, que o Relator sempre se refere aos fatos objeto de investigação disciplinar como suposições trazidas em desfavor do representado, senão, vejamos:

(...) e no caso de haver outras questões de poder haver outros crimes eventualmente nas gravações" — aqui eu uso com todo o cuidado duas vezes 'de poder haver' e 'eventualmente' na mesma frase —, "aqueles correlatos com esta representação vão ser sim incluídos/inclusos e apurados e devidamente responsabilizados.

Claramente a expressão '*no caso de haver outras questões*' indica a possibilidade, portanto suposição de poder, nas gravações solicitadas, haver a existência de fatos que possam interessar à investigação. Já a expressão '*de poder haver outros crimes eventualmente nas gravações*', o uso do advérbio '*eventualmente*' não deixa qualquer margem de dúvida de que o Relator discorre sobre essa hipótese de maneira hipotética.

Em relação ao trecho '*vão ser sim incluídos/inclusos e apurados e devidamente responsabilizados*', não é necessário maiores esforços interpretativos para concluir sobre a possibilidade de aditamentos a acusações aos processos disciplinares, devendo-se somente observar a garantia de manifestação e ampla defesa durante todas as etapas do processo. Esta é, inclusive, a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, conforme se depreende da simples leitura do seguinte trecho do voto exarado pelo ilustre Ministro do Supremo Tribunal Federal, Roberto Barroso:

De resto, aditamentos a acusações são admitidos até mesmo no processo penal, desde que observado o contraditório. E o impetrante não demonstrou a impossibilidade de seu exercício: ao contrário, é notório que sua defesa teve oportunidade de se manifestar amplamente durante todas as etapas do processo de cassação, e, segundo as informações prestadas, foi notificada do aditamento.



Conforme se pode observar, o Relator não se manifestou, no processo ou publicamente, sobre o mérito da representação. Além do mais, este Relator reafirma o direito conferido ao representado de se manifestar em todas as fases do processo, consoante art. 9º, § 5º, do Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Diante do exposto, não reconheço motivos para a suspeição suscitada (...) pelo representado (...).”

Podemos ir adiante agora, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Agradeço, Deputado Alexandre.

Peço a V.Exa. que inicie os seus questionamentos ao nobre Deputado Felício Laterça, testemunha arrolada por V.Exa.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Eu não vejo o Deputado Felício. Ele está sem imagem? Ele me ouve?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Deputado Alexandre Leite, eu me encontro no plenário aqui agora. Bom dia.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Ah, sim. Agora sim.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Bom dia.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Bom dia, Deputado. Com relação às entrevistas que V.Exa. deu referentes ao Daniel Silveira, existe algum fato ou alguma prova das alegações feitas por V.Exa. com relação a gravações clandestinas? Houve alguma conversa com o Deputado Daniel Silveira neste sentido? V.Exa. sabe se, além do Presidente da República, outras autoridades têm gravações feitas no celular do Daniel Silveira?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Sr. Relator, Deputado Alexandre Leite, Sr. Presidente, Deputado Paulo Azi, em relação às perguntas formuladas pelo Relator, eu declaro o seguinte: nós... eu fiquei próximo do Deputado Daniel Silveira em janeiro de 2019, quando então fizemos uma viagem. Teve uma comitiva de Parlamentares que foi... A convite do Governo chinês, fomos à China. Então, ali começou a haver uma proximidade daqueles que fizeram a viagem, como ocorre



naturalmente em razão do convívio. De lá para cá, eu tinha até um convívio estreito com ele. Curiosamente, ele até me chamava de "paizão", talvez até pela minha postura, a forma de agir, de querer, talvez, proteger todos aqueles, orientar, e, possivelmente, em razão da minha idade e da experiência vivida durante a vida pública. E durante esse convívio, o que aconteceu? Ele já havia me falado que ele tinha o hábito de gravar as pessoas: "*Não, eu estou com fulano, eu gravei*". E, nós sabemos, quando você grava alguma conversa, seja ela qual for, conversa não autorizada, não permitida... a gente sabe qual é a finalidade. E o senhor me faz a pergunta se eu tenho prova disso. Não, eu tenho a declaração dele. Volto a afirmar aqui na Comissão de Ética que ele me disse que tinha gravado autoridades, sim, e, dentre elas, o Presidente da República. Em entrevista também, ele já se posicionou que jamais faria isso, ainda disse que não teria acesso ao celular. Esta representação que tramita em desfavor do Deputado Daniel Silveira aqui na Comissão de Ética tem um fato que é muito claro e não deixa nenhuma dúvida: por ocasião de uma reunião ocorrida na Liderança do partido, do PSL, aqui na Câmara dos Deputados, salvo engano, em outubro de 2019, quando então se discutia a Liderança, que houve uma manifestação do colega Deputado Delegado Waldir... Então, fui chamado a uma reunião, e ele, de forma não autorizada...

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Esta é a segunda pergunta, Deputado Felício. Desculpe interromper.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Sim.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - V.Exa. já deu continuação, vou pedir que continue, mas eu iria indagar se V.Exa. estava na reunião que é objeto desta representação e que foi gravada; se lembra... se esteve presente e se lembra do conteúdo do que se discutia nessa reunião; e se foi, de alguma forma, tomado algum cuidado para que ela se mantivesse em sigilo, por exemplo, que os funcionários fossem retirados da sala e permanecessem somente os Deputados. O que se discutia naquela reunião, à época, e que foi gravado e publicado pelo Deputado Daniel Silveira? Por favor.



O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Perfeito, Deputado Alexandre Leite. Eu estava discorrendo e acabei de chegar, pelo meu depoimento, ao ambiente que o senhor gostaria que eu chegasse. O senhor acrescentou algumas perguntas que são, inclusive, apropriadas. E aí, o que que ocorreu ali na reunião da Liderança do partido? Só Parlamentares presentes, porque a reunião era tratada de forma reservada. Ela tinha um caráter reservado como uma reunião que foi chamada pelo então nosso Líder, o Delegado Valdir, para se discutir o burburinho da troca da Liderança. Nenhum funcionário da Liderança do partido se fez presente, apenas os Deputados que o Delegado Valdir achava que deveriam participar daquela discussão sobre a Liderança do partido. Então, não se pensou, naquela ocasião, que alguém pudesse estar gravando e tirasse proveito dessa gravação clandestina. E o que foi feito... E na verdade, na ocasião, foi publicizado isso. Discutiu... O Delegado Valdir ficou em maus lençóis, vamos assim dizer, porque, numa reunião reservada, a gente às vezes se permite fazer algum arroubo, alguma extravagância, e assim foi feito naquela reunião, não é? O Deputado Felipe Francischini... também foi usado o áudio dele em desfavor. Eles sofreram nas mídias sociais por ocasião das suas declarações, quando, então, o representado se quis portar como um paladino da justiça, coisa que ele não é.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Com licença, Deputado Felício. Permita-me? Eu vou fazer algum... vou fazendo intervenções durante a sua fala, para a gente não ter que ficar voltando.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - À vontade.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Então, só para reafirmar, era uma reunião reservada, ela foi feita dentro da Câmara dos Deputados, e o assunto era referente à Liderança da Câmara, à Liderança do partido na Câmara. Não era assunto partidário, era assunto relativo à Liderança, à representação do partido na Câmara.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Com licença, com licença. O Relator está induzindo a testemunha, está colocando palavras na boca da testemunha. Fica



aqui a minha impugnação à fala do nobre Relator. Está colocando palavras na boca da testemunha.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Deputada Alê Silva...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Deputada Alê, Deputada Alê, V.Exa. não pode interromper a inquirição feita pelo Relator.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Mas, quando eu percebo uma nulidade dessas, quando eu percebo uma injustiça dessas, eu sinto essa liberdade. Eu sou Parlamentar. Eu sou Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Deputada Alê, a senhora está inscrita e vai ter o uso da palavra no momento próprio. V.Exa. não pode — agradeço a V.Exa. — interromper a questão feita pelo Relator, Deputada Alê.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Uma injustiça escancarada dessas é difícil de aguentar calada.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Deputada Alê Silva...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Deputada Alê, peço a senhora que respeite aquilo que está previsto no nosso Regimento, para que nós possamos conduzir...

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Eu peço que se respeite o que está previsto em lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Deputada Alê, este Presidente não vai cercear a fala do Relator, como não cerceará a fala da defesa. Eu peço a compreensão de V.Exa.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Presidente, vamos... Eu gostaria de ouvir o Deputado Felício Laterça. Eu estou com a palavra e estou ouvindo o Deputado Felício Laterça. Eu não dei a palavra a ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Pois não, Deputado Alexandre. Continue com a sua inquirição, por favor.



O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Então, Deputado Felício, vou apenas refazer a pergunta, para não nos perdermos. O senhor afirma que a reunião foi feita no ambiente da Câmara, correto?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Correto, na Liderança do PSL.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Na Liderança do PSL, para discutir a Liderança do partido, a representação do partido na Câmara dos Deputados.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Positivo. Em razão de uma manifestação do Delegado Waldir, houve um descontentamento por parte do Sr. Presidente da República, e aí começaram a discutir a questão da Liderança do PSL na Câmara.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Positivo. Pode prosseguir na sua fala.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Então, Deputado Alexandre Leite, sobre a questão a que o representado responde, acho que já ficou clara a questão da gravação. Ele fez uso disso, fez uso para se promover de forma pessoal junto não só aos seus eleitores como àqueles que o acompanham, a mídia. E isso foi amplamente divulgado, inclusive o áudio da gravação clandestina feita por ele. Acho que, com relação ao que está sendo apurado aqui, não tenho mais nada a acrescentar, a não ser que os senhores queiram fazer alguma pergunta específica.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - O.k. V.Exa. alega que o Deputado mencionou que gravava diversas autoridades. Ele chegou a mencionar nominalmente alguma autoridade?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Ele falou que já tinha feito gravação do Presidente da República e também do Senador Flávio Bolsonaro, dentre outros Parlamentares. Ele falou: *"E alguns Deputados aqui, dependendo do que a gente vai falar, a gente grava"*. Eu não me aprofundei no assunto, porque a minha posição é claramente contrária a esse tipo de procedimento. Não cheguei a aprofundar nem a ouvir — ele não me mostrou também as ditas gravações.



O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Segundo uma matéria do *Estadão*, ele menciona ter gravado o Deputado Rodrigo Maia. V.Exa. tem conhecimento?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Como disse, ele falou que gravava Parlamentares. Eu não me recordo de ter dito isso ao *Estadão*.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - O.k. Foi no dia 22 de fevereiro. *(Pausa.)*

Só para finalizar, então, Presidente — acho que já chego ao fim dessa... por ora. Farei eventuais pontuações após a fala dos colegas. V.Exa. tem alguma ideia, sabe do que planejava, para qual finalidade se planejava a utilização dessas gravações? Ele chegou a mencionar? Queria usar para fazer alguma coisa? Para que ele utilizaria? Deixou alguma coisa subjetiva?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Sim. Aquele que faz uma gravação clandestina e tem algo em seu poder é óbvio que ele quer fazer algum mau uso para proveito próprio. Disso aí eu não tenho dúvida nenhuma, até pela minha experiência na vida pública e experiência inclusive na vida policial.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Está o.k. Sem mais para o momento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Agradeço a V.Exa., Deputado Alexandre Leite.

O Deputado Carlos Sampaio pede a palavra pela ordem ou fez inscrição?

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Sr. Presidente, o senhor me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Quem está solicitando a palavra?

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Deputado Daniel Silveira, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Deputado, V.Exa. terá oportunidade de falar em seguida.



O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Presidente, me dirijo a V.Exa. só mesmo para me orientar. Em qual momento eu vou conseguir usar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Deputado Daniel, eu já vou conceder a palavra a V.Exa. Peço a V.Exa. que aguarde apenas 1 minuto.

Quero saber se o Deputado Carlos Sampaio solicitou a palavra pela ordem ou como inscrito.

O SR. CARLOS SAMPAIO (Bloco/PSDB - SP) - Perdoe-me, eu estava com dificuldade para me inscrever, mas já consegui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - O.k.

Concedo a palavra ao advogado Dr. Jean Cleber Garcia ou, caso deseje se pronunciar neste momento, ao representado, o Deputado Daniel Silveira.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - V.Exa. quer fazer alguma inquirição à testemunha? Ou passo a palavra ao advogado de V.Exa.?

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Sr. Presidente, eu gostaria de saber inicialmente se o Deputado Daniel pode falar antes de eu fazer as minhas perquirições e as minhas arguições.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - O Deputado pode inquirir a testemunha neste momento ou, caso deseje, deixar a inquirição para ser feita por V.Sa. Ou ambos podem inquirir a testemunha.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Perfeito. Então, comece pelo Deputado Daniel Silveira, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Deputado Daniel, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Perfeito, Presidente. Presidente, bom dia. Bom dia aos demais. Antes, eu queria pontuar, Presidente, que o Felício Laterça sequer se encontrava naquela reunião. Eu quero deixar muito claro que também não era uma reunião, era uma conversa aberta, não era sigilosa. Tampouco



eu gravei aquela reunião. A reunião foi gravada, e a gravação chegou a mim. Tenho por testemunhas o Deputado Carlos Jordy e Filipe Barros, que tão somente também ouviram a mesma gravação que eu ouvi para mostrar ao Presidente da República que ele foi gravado, como o Delegado Waldir, Deputado, afirma na gravação. Se quiser, eu a coloco aqui, em rede nacional, para que todos ouçam, porque tenho um vídeo baixado. Vejam bem, eu não tenho a gravação, mas um vídeo baixado da Internet com todo o teor. Se quiser, eu posso desenterrar esse assunto e demonstrar aqui que o autor dessa denúncia, que tinha um fato narrado na peça... Vieram sendo anexados novos casos, indo de modo totalmente destoante daquilo que prevê a persecução penal. E discordo também do Deputado, que a Alê Silva brilhantemente acabou repudiando aqui, dizendo que inclusive é promotor de justiça e conhece bem todos os meandros do meio jurídico, em que novos fatos vêm sendo anexados em uma peça narrada, um caso concreto único, pela qual se orienta a então denúncia do Deputado Waldir, que afirma nessa gravação que gravou o Presidente várias vezes. Ora, é um crime, sim, configurado e tipificado, contra a ordem da República, contra a autoridade máxima do País. Isso, sim, é de causar indignação. E o pior de tudo é ouvir, Presidente, que o Conselho de Ética não se comporta como o Judiciário, mas alega que, na falta de algum tipo de arguição no Regimento Interno, utilizará, então, o CPP ou o CP, que são o Código de Processo Penal e o Código Penal, quer dizer, nada faz sentido. Colocam uma testemunha que estava voando, catam-na — é o Deputado Felício Laterça —, que afirma, inventa... São ilações que ele não pode comprovar. Fala que eu gravei o Presidente da República. Eu sou amigo do Presidente da República, pessoal, do Flávio Bolsonaro, pessoal. Se eu tenho gravações... Quanto ao Rodrigo Maia, o Deputado, nunca tive acesso a ele. Ele era inacessível. Era acessível somente para alguns que fossem ali, de fato, convenientes a ele. Um Deputado como eu, de baixo clero, teria acesso ao Rodrigo Maia? A única vez que tentei, que fui à casa dele, evidentemente os telefones ficaram deixados de lado. Não, não tenho essa mania de gravar ninguém, não. Podem ter certeza. Sobre a nossa defesa e também o meu



pedido de não abrir o meu telefone celular, trata-se de violação de sigilo. A Casa não tem essa prerrogativa. Não tem nada lá que me incrimine, tanto que, no próprio inquérito (*ininteligível*) Polícia Federal, ilegalmente também, porque o processo é todo ilegal, o 4828 e o 4781 — a gente não vai entrar nessa esteira, Presidente, porque ele foi aberto de ofício —, eu abri mão do meu sigilo telefônico e bancário. Eu abri mão e abro. Eu só não vou admitir conjecturas, ilações, hipóteses, situações em que se vai direcionando a testemunha a dizer aquilo que quer. Eu posso abrir o áudio aqui. Eu baixei. Eu fiz questão de baixar o vídeo com o áudio completo, Presidente. Se querem que eu seja um coveiro para desenterrar fatos que comprovem, está lá, Deputado Alexandre Leite, eminente Relator. Eu abro mão. O senhor pode ir ao STF pegar lá com o Ministro Alexandre de Moraes o meu telefone e ver tudo, absolutamente tudo. O que eu não posso concordar é que, por conveniência de um e outro, eu abra mão dos meus direitos e garantias individuais, previstos na Carta Magna, que parece que está sendo enterrada, parece que está sendo rasgada. Parece até que V.Exas. querem uma nova Assembleia Nacional Constituinte, para que se possa ter uma nova Constituição, a despeito do que vocês imaginam. Não é assim que funciona a persecução penal, não. E o Conselho de Ética, sim, funciona como tribunal. Ele não é julgamento político, não. Não existe julgamento político. Caso existisse, nós temos umas pincas aí para poder também questionar sobre conduta e moralidade. Afirmar que eu gravei o Presidente da República, Deputado Felício, é uma calúnia. E o senhor vai ter que comprovar, se não aqui, no júízo, que parece que é outra esfera. O senhor, como delegado de polícia, sabe. Aqui, não se trata de vidente ou clarividência: "*Eu acho que ele gravou e fez isso*". Não, não é assim que funciona, não. Se o senhor diz que eu gravei, o senhor mostra que eu gravei. Se o senhor diz que eu tenho gravações do Flávio Bolsonaro — e, claro, se eu tenho essas gravações, é para uso próprio, para me beneficiar —, por que nenhuma vazou ainda, por que não tem nenhuma aí vazando? Agora, para explicar aqui ao delegado de polícia, aos dois... Um é delegado de polícia civil, e um de federal. Sabem como é que é uma linha de



investigação, não sabem? É simples: entrem em contato com a primeira fonte de informação que veiculou a notícia e vejam quem passou a gravação. Vai lá, faz isso! Tenha a moralidade e decência de fazer isso. Ligue para a primeira fonte de informação e fale: *"De onde vocês conseguiram essa informação?"*, e vocês vão saber. Quebrem o meu sigilo, claro, se estiver dentro da competência, quebrem o sigilo telemático, que é para pegar os dados. Vocês não vão achar nunca nada a despeito de nada, porque, quando eu entrei para a política, Presidente, eu não entrei para ser mais do mesmo, não. Eu entrei para ser diferente e atender o meu eleitorado, atender uma política diferenciada, de respeito a quem de fato me cedeu o mandato por 4 anos. Não foi a Casa que me deu o mandato, não. Foi o povo que me deu o mandato. Agora, eu não posso ficar aqui calado, pensando, ouvindo um fazer uma ilação, o outro dizer: *"Ah, um caso hipotético, cometeu um crime"*. Eu peço ao eminente Relator que tipifique o crime. Processo de cassação, não. Eu lembro que se trata de um processo no Conselho de Ética. Quando fala que é processo de cassação, é porque pode estar demonstrando, talvez, um interesse no que vai ser o objeto desse processo. É um absurdo o que está acontecendo, é injusto. A Deputada Alê Silva foi brilhante no que ela falou. Não preciso gravar ninguém. Nunca o fiz. A gravação chegou a mim. Ratifico aqui, para que todos os brasileiros saibam da mentira que está acontecendo. Tive acesso à gravação. Assim que ouvi, achei um escárnio. Não tinha nada de mais na gravação. O Felipe Francischini, quando o Deputado Felício Laterça menciona, eu defendi. Eu falei: *"O Felipe Francischini em momento nenhum critica o Presidente"*. E nenhuma crítica ao Presidente está ali para ser tirada de campo. O Presidente pode ser criticado e aceita crítica, diferentemente de alguns outros, que não. A única diferença naquela gravação é que tinha um crime em curso — a gravação do Presidente da República —, do qual o Deputado Felício Laterça me acusa agora, esquecendo-se de que ele é meu amigo. Eu falo com o Presidente pelo WhatsApp pessoal todos os dias. Falei com ele ontem, antes de ontem. Não, não gravo o Presidente. Pode ter certeza, Felício. O senhor vai ter que provar, porque, se não provar, existe outra coisa: é o



revés judicial. Então, está aqui a minha indignação, Presidente, contra como está sendo conduzido o processo. Desculpem-me aqui, talvez, um pouco da minha emoção, mas é impossível ver uma coisa que é para ser julgada no Conselho de Ética sem ética. O senhor me perdoe, Presidente, mas está aqui. Se quer saber, está direcionado. Procurem a primeira fonte de informação e vão saber de onde partiu. Vão lá é vejam se é do meu celular, se fui eu que entrei em contato com esse jornalista ou não. A única coisa que fiz foi mostrar ao Presidente a gravação, e alguém vazou. Nem sei nem faço ideia de quem seja, está certo? Então, está aqui. A verdade, no final, sempre vence. O monte de mentiras e ilações que estão sendo levantadas vão ser jogadas na latrina, podem ter certeza.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Presidente...

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Sr. Presidente, eu estou com a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - A palavra está com V.Sa.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Inicialmente, Excelência, eu gostaria de cumprimentar a todos os presentes e, de antemão, registrar que, independentemente do rito estabelecido nesta Casa, eu entendo que o Regimento Interno não está acima da Constituição, e é garantido aos litigantes, por força da Constituição, o direito ao devido processo legal. Aos litigantes em geral, no processo judicial e administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes.

Então, o Sr. Relator falou que com muita boa vontade ele tomou algumas providências. Não é boa vontade que nós pedimos; nós pedimos o seguimento escoreito da lei. E a minha irresignação não se verteu contra o requerimento em si, mas contra a tergiversação do devido processo legal. Eu entendo, inicialmente, que todo e qualquer processo deve ser regido pela amplitude da defesa, pelo contraditório, mas, sim, está submisso às regras maiores de garantia da busca da verdade real. Quando eu me insurgi contra a quebra de sigilo ou o compartilhamento



do conteúdo, não foi por medo ou receio, mas justamente pelo fato de estar sendo violado o devido processo legal.

Antes de iniciar as minhas perguntas, Sr. Presidente, como já ficou bem claro aqui que o Regimento da Casa não tem um ordenamento correto de como se conduz o trabalho de uma forma geral, eu gostaria de saber se a testemunha — e ela foi arrolada como testemunha — presta o compromisso de dizer a verdade.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Eu gostaria também de fazer uma pergunta, apenas a título de esclarecimento, ao Deputado Daniel, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Dr. Jean Garcia, a testemunha é Deputado Federal e está constitucionalmente liberada de prestar o juramento.

Deputado...

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Qual é a base legal, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Deputado Alexandre, V.Exa. pediu a palavra?

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Pedi, apenas para um esclarecimento. Não ficou claro na fala do Deputado Daniel Silveira se ele pede que o Conselho, em votação, quebre o sigilo telefônico dele ou se ele abre mão voluntariamente, permitindo que seja feito o compartilhamento. Conforme eu havia dito e ele mesmo afirmou, se houver fatos ou se não houver nada que ajude a provar a inocência dele no compartilhamento dessas informações, isso será utilizado. Então, eu queria entender se ele está, de livre e espontânea vontade, autorizando a utilização, ou se está fazendo uma espécie de desafio ao Conselho, no sentido de que quebre. Não ficou claro, Deputado Daniel.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Eu explico a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Eu entendi que ele colocou à disposição. Mas o Deputado Daniel...

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - É, mas ficou meio no ar isso. Eu queria esclarecer melhor.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - O Daniel pode esclarecer, se desejar.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Perfeito. Presidente, está gravado. Está gravado. Eu vou tentar me fazer entender melhor. Eu disse que, quando investigado nos inquéritos ilegais 4781 e 4828, que nascem de ofício e todo o Judiciário já sabe que são ilegais, todo o meio jurídico, eu disse lá que abriria, e abri mão, lá naquele inquérito, porque diziam que nós financiávamos atos antidemocráticos e *fake news*, coisas que não existem, coisas que são orgânicas, que vêm acontecendo em nome do Pavilhão Nacional, que está atrás de mim por acaso. Eu disse que lá, não devendo nada, não temendo nada — e não temo —, abri mão do meu sigilo telemático e também do bancário, tanto que nada foi encontrado. A Polícia Federal já disse que é inconclusivo, que não existe nada, a despeito de nada. Aqui, eu disse que não tenho nada a esconder, mas que não abro mão do meu direito constitucional, porque não é de competência da Casa. Eu não deixei nada no ar. Eu me fiz esclarecer muito bem, e está gravado nos Anais oficiais da Casa. O que eu quero dizer, Deputado Alexandre, é que é uma invasão na minha privacidade. E tenho certeza de que V.Exa. não admitiria ou gostaria que pegassem o seu celular aqui no Conselho de Ética. Diga-me um fato ou outro caso em que isso aconteceu nesta Casa. Nem o de uma Deputada — não vou mencionar aqui, porque não é necessário — que está sendo investigada por um crime que é violento, inclusive tido como hediondo, foi pedido pela Casa. Eu não me recordo disso. É estranha essa dosimetria (*ininteligível*). E também tem o princípio *nemo tenetur se detegere*, que o senhor deve conhecer, pois é bacharel em direito. Ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo, ainda que positivas, até porque nós sabemos que sempre a parte do acusador, diga-se aí o acompanhamento ao Judiciário... A parte do acusador sempre pega, com aquele sorriso no rosto: "*Não, vamos ajudá-lo!*", e tenta subverter a verdade. É o que está acontecendo aqui. Quando o próprio Presidente do Conselho de Ética diz que o Parlamentar está livre, está totalmente livre de juramento, com que verdade nós trabalhamos? Colocar a



mão sobre a Constituição Federal e jurar é uma coisa. Coloque-a sobre a Bíblia e jure. Jure ali, fale a verdade! A verdade está debaixo de juramento. Como dizem também os nossos irmãos norte-americanos, nem a Constituição é tão sagrada em um julgamento quanto a Bíblia. Jure, fale a verdade. Nós não queremos mentiras aqui. Quero a competência e também o caráter de falar a verdade. Então, não, o que eu quero dizer é que lá, naquele inquérito, eu abri mão, sim, falei por livre vontade: *"Olha, eu abro mão do meu sigilo bancário e telemático. Não tem problema algum"*. Aqui, eu quero que seja seguido o rito que não vem sendo seguido desde lá atrás, quando vieram anexando novos fatos a uma peça que não tinha nada narrado. Era o único caso concreto de uma gravação que chegou a mim, ao Filipe Barros e ao Carlos Jordy, Deputados também do PSL, e que vazou da mão de alguém, e não foi nossa. Outras pessoas tiveram acesso, pois, se chegou a mim e a eles dois, também chegou a outras pessoas. Inclusive, os dois estão aqui como testemunhas, está certo? Então, vocês saberão a verdade. Agora, o Deputado Felício Laterça inventar e ficar livre de juramento? Jure sobre a Bíblia! Valorize a sua família! Pela sua esposa, que conheço, seus filhos, que conheci, diga a verdade! Ou está pegando somente um momento de sensacionalismo, barato por sinal, para poder tentar crescer? Essa é a minha questão. Então, não, Presidente, não está aberto, e a Casa não tem a competência para tal. Eu não deliberei isso. Eu disse que não abro mão das minhas garantias individuais por conta de um processo que sequer deveria estar sendo discutido neste momento. O que deveria estar sendo discutido, sim, é uma representação contra o Delegado Waldir, por ter gravado o Presidente e afirmado a gravação. Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Está esclarecido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Está esclarecido, Deputado Daniel Silveira.

Eu quero mais uma vez reiterar que esta Presidência informou ao Plenário desta Comissão que, oportunamente, vai se pronunciar com relação à utilização do



compartilhamento solicitado pelo Relator. Eu não quero, neste momento, abrir essa discussão, porque não é, como disse, o momento oportuno.

E quero informar ao advogado, o Dr. Jean Garcia, quanto à pergunta que fez em relação ao juramento da testemunha, que, pelo fato de ele ser Deputado Federal, ele já tem o dever de falar a verdade. Isso já está inclusive previsto no Código de Ética deste Poder Legislativo. Por isso, não é necessário que nós, neste momento, façamos a solicitação do juramento. Como eu disse, ele, como Deputado Federal, já tem o dever de falar a verdade.

Concedo a palavra a V.Exa...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Antes do advogado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Tem a palavra o Deputado Alexandre Leite.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - O Deputado Daniel acabou dizendo que o Felício não estava presente na reunião. Eu queria indagar ao Deputado Felício Laterça se existe alguma pauta, ata, alguma assinatura ou ato de convocação dessa reunião.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Deputado Alexandre Leite... Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Pode responder, Deputado.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Eu estava presente, sim, na reunião. A mesa da Liderança é uma mesa bem comprida. O Delegado Waldir estava na cabeceira, o Deputado Daniel Silveira estava mais ou menos ao centro, um pouco mais à direita, e eu estava do outro lado da mesa. Tinha aproximadamente uns 20 Parlamentares naquela reunião. Como disse, e repito, a reunião foi para discutir a questão da Liderança, ao descontentamento do então Presidente com palavras à imprensa do Delegado Waldir. Nessa reunião também foi discutido se a gente queria ou não a permanência do Delegado Waldir como



Líder. E, nessa ocasião, foram colhidas assinaturas para que o Delegado Waldir se mantivesse na Liderança do partido. Foi aquela guerra de listas que aconteceu — foi noticiada também. E não foi feita nenhuma ata, pelo que eu me recordo, até porque essa reunião não tinha esse caráter. Era uma reunião de caráter reservado, como já foi dito.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Presidente, eu me recordo que o senhor disse que ele tinha o compromisso da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Deputado Alexandre, V.Exa. concluiu a pergunta?

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Eu gostaria de saber se o Felício tem acesso a essa lista da reunião, a essa lista própria da reunião. Sei que teve essa guerra de listas do PSL. Mas a lista da reunião de indicação do Líder existe? Ela é disponível? O PSL pode fornecer?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Se não me falha a memória, essa lista foi apresentada inclusive na Câmara, com relação à Liderança do Delegado Waldir em contraposição à Liderança do Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Está o.k. Foi a primeira lista, então?

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Presidente, pela ordem. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Por favor, peço para não interromper. V.Exa. terá a palavra no momento oportuno, Deputado Daniel.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - É pertinente, Presidente. É bem pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Deputado Alexandre, V.Exa. concluiu?

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Sim, Presidente. Para o momento, o.k.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Deputado Daniel Silveira, nós estamos no momento de inquirir a testemunha.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Sim, mas é pertinente. É com relação a inquirir a testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - V.Exa. pode usar da palavra para inquirir a testemunha. V.Exa., mais uma vez, quer usar da palavra?

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Rapidamente, Presidente, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Pois não.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Presidente, a lista que o Relator solicita não serve ou valida presença na reunião, tanto que ela circulou durante dias no Parlamento para que conseguissem essas assinaturas. Não sei se o Deputado Felício Laterça... Como o senhor disse que tem compromisso com a verdade... Tanto não estava na reunião que a reunião não aconteceu na sala. Basta requerer, se tiver algum tipo de vídeo, de gravação da segurança. O senhor verá quem entrou e saberá que ele não estava lá. Foi dentro da sala do Delegado Waldir, da Liderança, não foi na antessala onde ocorrem reuniões. Foi na sala onde a Liderança permanece, com poucos Deputados e portas abertas, com vários funcionários circulando. Um desses me entregou essa gravação, e já foi inclusive retirado da Liderança, à época do fato, porque não suportou algumas falas do então Líder Delegado Waldir. Não estou aqui para entrar nesse mérito, só que essa ata pertinente, como eu disse... Essa ata, não; essa lista não serve para parâmetro de quem estava presente ou não, porque ela foi trocada várias vezes e circulou durante dias. Se essa é a intenção do Relator do processo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Dr. Jean Garcia, V.Exa. tem a palavra para inquirir a testemunha.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Perfeito, Excelência. Eu gostaria de pedir a base legal para a não tomada de compromisso, por favor.



O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Eu ajudo o senhor, Presidente: § 6º do art. 53 da Constituição.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - É o § 6º do art. 53.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Testemunha, agora, fala a tipificação?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Deputada Alê, V.Exa. não pode interromper. Tenha paciência! Vamos tentar conduzir esta reunião com o equilíbrio necessário. V.Exa. terá a oportunidade de fazer uso da palavra, Deputada.

Dr. Jean...

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Pois não, só 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Dr. Jean, eu não vi o questionamento que V.Sa. fez à nobre testemunha.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Eu vou começar. Bom dia, Sr. Deputado. Como vai o senhor? Bom dia, Deputado Laterça.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Bom dia, senhor advogado. Pois não.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Eu me chamo Jean Garcia e represento os interesses do Deputado Daniel Silveira. Antes de adentrarmos efetivamente nas questões de mérito dessa situação, e até por uma questão de arguição, o que equivaleria a uma contradita... O senhor recentemente falou, nos meios de comunicação, que iria representar junto ao Conselho de Ética contra o Deputado Daniel Silveira?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Sim, disse, porque ele deu uma entrevista à *Veja* e me chamou de moleque, dentre outras questões.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Isso interfere no depoimento do senhor?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - De forma alguma. Eu estou aqui para esclarecer os fatos. E a questão de prestar compromisso ou não, como o senhor gostaria, quero lembrar ao senhor que eu também estou Deputado, no exercício do meu mandato, e estou aqui a convite do Conselho de Ética.



O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Sim, perfeito, mesmo porque o senhor poderia se recusar inclusive a depor sobre os fatos. Mas, estando aqui, presume-se que tem o compromisso moral de dizer a verdade.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Sempre.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - O senhor já respondeu ao Deputado Alexandre Leite que estava presente à reunião, e falou também que não existe nenhuma ata. Correto?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Correto. Eu estava presente na reunião. A reunião foi na sala de reuniões da Liderança do PSL. E eu estava presente. Tem aí uma tentativa do então Deputado Daniel Silveira de desconstituir isso, o que acho legítimo por parte dele, em se tratando da sua defesa.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - O senhor não deixou claro... Teve uma fala do senhor em que houve uma contradição. Essa reunião era fechada? Tinha uma ata determinando que essa reunião era fechada? Ela era reservada ou era só uma reunião para tratar sobre questões da Liderança?

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Já foi respondido, Presidente.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Vou responder novamente. Não tem problema. Vamos lá, Dr. Jean.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Sr. Presidente, na hora em que o Deputado Alexandre Leite...

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Art. 12, inciso II, do Regulamento.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Eu achei que um não podia interferir na fala do outro.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Art. 12, inciso II, do Regulamento: o Relator pode interpelar a qualquer momento.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Sr. Presidente, eu gostaria que o tratamento que foi dado ao Sr. Relator seja dado também a esta defesa, sob pena de violação do devido processo legal e de garantia da fala.



O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - O Deputado Felício Laterça não tem obrigação de responder essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Dr. Jean, tenha certeza de que V.Sa. terá todo o direito de uso da palavra. O Relator, regimentalmente, pode interferir na inquirição a qualquer momento. Mas quero pedir ao Deputado Alexandre que, na eventual necessidade de novo pronunciamento, o faça quando o Dr. Jean concluir o seu pronunciamento ou até no intervalo das inquirições que porventura ele fizer à testemunha, para que nós possamos dar continuidade, sem maiores problemas nessa reunião. Dr. Jean, V.Exa. tem a palavra.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - A despeito, Deputado Alexandre, só para atualizá-lo em relação aos ritos processuais, as perguntas dirigidas às testemunhas têm que ser feitas de forma objetiva. Elas não podem ser feitas de forma indutiva. Elas não podem ser perguntas que se restrinjam a "sim" ou "não". E o senhor não pode, por questão funcional e por questão moral, antecipar a resposta, para que a testemunha só corrobore. Nós temos aqui promotores de Justiça, delegados, que são conhecedores da lei. O senhor é bacharel e talvez não tenha o hábito e o traquejo com o processo. Então, eu gostaria que o senhor respeitasse a minha fala e respeitasse também a determinação do Sr. Presidente, no sentido de que, quando alguém estiver com a palavra, não o interrompesse, a despeito do Regimento. Deputado Laterça, o senhor estava presente efetivamente na reunião? O senhor escutou o Deputado Waldir falar textualmente que tinha gravado o Presidente e que iria implodi-lo?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Senhor advogado Dr. Jean Garcia, eu já disse e vou repetir outra vez: estava presente na reunião. Tinha vários Deputados presentes na reunião. Ela foi de caráter reservado, sim. E o Delegado Waldir não disse que tinha gravação do Presidente. Ele disse: *"Ah! Eu vou explodir o Presidente, porque isso não se faz"*, etc. A questão foi essa.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Presidente, eu tenho a gravação aqui. Eu vou colocar no ar. Eu vou colocar ela ao vivo aqui, Presidente. Eu tenho a



fala do Delegado Waldir aqui. O compromisso é com a verdade, Deputado Felício Laterça. O senhor me desculpe. O senhor respeite o meu eleitorado. Eu tenho a gravação aqui e eu vou colocá-la.

O SR. CARLOS SAMPAIO (Bloco/PSDB - SP) - Sr. Presidente, o senhor me permite uma questão pela ordem? (*Pausa.*)

Está sem som, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Deputado Daniel Silveira, por favor, V.Exa. não interrompa a inquirição do próprio advogado de defesa. Se V.Exa. necessitar, eu concedo a palavra a V.Exa. *a posteriori*, mas não neste momento. Vamos seguir.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Sr. Presidente, tudo bem. Desculpe-me. Não vai acontecer mais. Sr. Presidente, eu peço escusas ao senhor. Não vai acontecer de novo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Deputado Daniel, eu solicito a V.Exa... No momento oportuno, V.Exa. poderá voltar a inquirir a testemunha, mas neste momento vamos seguir com as perguntas feitas pelo advogado. Obrigado.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Sr. Presidente, eu só estou pedindo desculpas ao senhor. Não vai acontecer novamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - V.Exa. não pode, Deputado Daniel, interromper o que a testemunha está respondendo a uma pergunta feita pelo advogado de V.Exa. Aí a coisa fica meio sem sentido. V.Exa., concluída a fala da testemunha e do seu advogado, se quiser, pode, mais uma vez, usar da palavra, apesar de que V.Exa. já usou da palavra três vezes e não fez uma única pergunta. Mas eu vou conceder a palavra a V.Exa., se assim V.Exa. desejar, depois da inquirição do advogado de V.Exa.

Deputado Felício, V.Exa. concluiu a sua resposta?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Sim, Presidente. Já disse e repeti isso algumas vezes aqui. Acho que esse assunto já está superado. Quero só



lembrar, Sr. Presidente, que tenho outros compromissos também. Era para começar... Na verdade, está parecendo que está sendo feita uma *live* neste depoimento. Vamos nos ater aos fatos aqui. Eu estou para responder a fatos. Se alguém tiver alguma pergunta que interesse, que faça, por favor.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Excelência, diante da efetiva má vontade do Deputado em responder as perguntas de forma objetiva, esta defesa não tem mais perguntas, Excelência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - O Deputado Daniel Silveira deseja fazer mais alguma pergunta à testemunha?

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - É claro, Presidente. Desejo, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Eu concederei a palavra ao primeiro orador inscrito, o Deputado Carlos Sampaio, pelo tempo de até 10 minutos.

V.Exa. tem a palavra, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (Bloco/PSDB - SP) - Sr. Presidente, primeiramente, quero deixar claro ao Deputado Daniel que, até pela minha formação como promotor de Justiça, eu não estou aqui para acusar quem quer que seja, nem vejo o Ministério Público como um órgão de acusação. Aliás, aprendi isso com o meu pai. Quando ingressei no Ministério Público, ele falou: "*Meu filho, você tem muitas chances de ser um bom promotor, porque nasceu com o dom de defender*". Isso poderia parecer estranho à época, mas ele disse uma coisa que me marcou de forma indelével: "*Quem nasce com o dom de acusar só pode ser um infeliz por excelência. As pessoas naturalmente nascem, com sua alma e coração, com o dom de defender — defender a Constituição, defender o meio ambiente, defender a sociedade de um assassino, mas sempre tendo foco na defesa e não na acusação*". Esse viés, que é o norte da minha vida como Parlamentar e como promotor de Justiça, é o que trago para este Conselho de Ética. Mas faço um registro, até talvez com a ideia de auxiliar o representado: a linha de confronto que o representado propõe não traz nenhum benefício a ele. Acho que as ponderações feitas pelo



advogado, de forma oportuna, educada, elegante, sem interromper quem quer que seja, vão muito mais ao encontro da defesa do Deputado Daniel do que a sua própria fala. Às vezes, parece, sim, que ele está falando aos seus eleitores, mas neste momento ele deveria se dirigir a nós, membros do Conselho de Ética. Portanto, com equilíbrio, com bom senso, mais do que com rompantes de senhor do direito, de conhecedor profundo do direito ou mesmo senhor do rito processual, vamos tentar nos ater aos fatos. V.Exa. vai ter a oportunidade de fazer a sua defesa. Para ser bem franco, se fôssemos nos ater ao formalismo que o próprio representado, Daniel, exige, eu diria que ele já cometeu umas cinco ou seis irregularidades procedimentais: interrompe inquirição; ao invés de fazê-la, faz a sua defesa, etc. Enfim, estou aqui desabafando, Sr. Presidente, para que possamos, em outros procedimentos que tem contra o próprio Daniel, ter uma audiência pautada pelo bom senso e pelo equilíbrio. Eu acho que é isso que tem norteado — eu tenho percebido — o advogado do representado. A minha pergunta ao representado é uma pergunta muito objetiva. Ele disse que se fez presente na reunião. Essa reunião, portanto, teve dia e hora. Caso alguém tenha alguma dúvida, pergunto se ele sabe dizer se essa sala ou essa ida dele à reunião junto com outros Deputados poderia ter sido filmada pela própria Câmara.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Presidente, a questão foi feita a mim?

O SR. CARLOS SAMPAIO (Bloco/PSDB - SP) - Não, à testemunha.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Desculpe-me. É que o senhor falou "o representado", Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (Bloco/PSDB - SP) - À testemunha. É que eu estava me referindo ao representado o tempo todo, mas agora foi à testemunha: se sabe dizer se essa reunião aconteceu em um horário em que a Câmara estava com as suas filmagens ocorrendo normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Deputado Carlos Sampaio, a testemunha se ausentou por alguns minutos.



O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Presidente, já retornei. Eu ouvi a pergunta do Deputado Carlos Sampaio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Pois não.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Foi no horário de funcionamento da Câmara, sim, na parte da manhã.

O SR. CARLOS SAMPAIO (Bloco/PSDB - SP) - Perfeito. Eu tenho para mim que isso já dirime toda e qualquer dúvida, Sr. Presidente, sobre a presença ou não, porque é difícil você se contrapor a um fato filmado. Então, a filmagem ocorreu. Não sei nem se a defesa ou o próprio representado solicitou isso, mas tenho para mim que essa questão se torna de menor importância se foi de fato filmada, o que demonstra a presença dele na sala, no local mencionado. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra à Deputada Alê Silva, pelo tempo de 5 minutos, por não ser membro titular ou suplente desta Comissão.

Deputada Alê Silva, V.Exa. tem a palavra para inquirir a testemunha.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Bom dia, Excelência. Vou direto ao ponto. Eu gostaria que a testemunha confirmasse aqui, na presença de todos, inclusive na presença de todos os que estão nos assistindo através da *TV Câmara* — nós sabemos, mas é para confirmar para o grande público —, a qual partido ela pertence e de qual Estado. Outra coisa que eu preciso saber: se, na mesma época dos fatos arrolados no processo em face do Deputado Daniel Silveira, a testemunha também tomou conhecimento de que um outro Deputado, um Deputado da ala onde ela mais convive, do mesmo partido... Pergunto se houve o vazamento de gravações desse Deputado do seu partido. Ele teria gravado uma conversa com o Presidente da República, uma conversa por telefone. Pergunto se o partido signatário da representação em face do Deputado Daniel Silveira também movimentou a mesma ação; se representou também contra esse outro Deputado, dessa outra ala, que teria gravado o Presidente da República e logo após vazado



esses áudios. Outra coisa também, Presidente, que eu quero da testemunha é saber se ela confirma — apesar de que o senhor mesmo já disse que aqui não cabe colher o compromisso da testemunha, como ocorre na Justiça comum... Mas aqui nós temos uma obrigação com a ética, aqui nós temos uma obrigação com a verdade, aqui nós temos uma obrigação com a moral. Então, eu preciso que a testemunha diga, em alto e bom tom. Quero saber se ela afirma, se ela confirma aqui, diante do Brasil, que de fato foi o Deputado Daniel Silveira que gravou aquela reunião, se ela afirma isso aqui diante de todos. Dependendo da resposta, peço a V.Exa. que me dê direito à réplica, à tréplica ou a uma nova indagação à testemunha. Eu ficaria bastante satisfeita. Obrigada. Essas são as minhas perguntas. Vou aguardar as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - V.Exa. terá direito à réplica.

Concedo a palavra à nobre testemunha, para responder à Deputada Alê.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Deputada Alê, por gentileza, a sua primeira pergunta, sobre o Estado...

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - A qual partido o senhor pertence, está filiado, como Deputado, e de qual Estado, por favor?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Muito bem. Como a senhora, eu também estou filiado e fui eleito pelo Partido Social Liberal — PSL, número 17, pelo Estado do Rio. Sobre a segunda indagação, de outra gravação que circulou, etc., isso não tem nenhuma relevância com os fatos aqui apurados.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Mas na época o senhor tomou conhecimento? Foi só isso que eu perguntei. O senhor tomou conhecimento?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Sim, tomei conhecimento, sim, de que o Presidente da República estava ligando para alguns Parlamentares e de que houve uma gravação da ligação do Presidente para certo Parlamentar.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - E esse Parlamentar era do mesmo partido do senhor?



O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Aí eu não sei precisar. Eu não sei para quem... Bem, isso é uma conclusão lógica. Se o Presidente da República tinha interesse em mudar a Liderança do PSL na Câmara, na verdade, houve uma interferência do então Presidente da República no Legislativo ligando para Parlamentares, por óbvio, do PSL, a não ser que ele queria pedir que um Parlamentar de outro partido o fizesse. Com relação à terceira e última pergunta da senhora, estava presente na reunião — já disse e repito. E, na época, isso foi divulgado pelos meios de comunicação: a autoria da gravação ao então Deputado Daniel Silveira...

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Mas o senhor afirma essa autoria?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Só um minutinho. A senhora não me interrompa! Deixa eu finalizar, por favor, senhora? Então, foi atribuído. E o próprio Deputado Daniel Silveira se vangloriou disso, a ponto de... Quando eu cheguei ao plenário, na parte da tarde, estive com ele, que não estava com cara de bons amigos. Ele me estendeu a mão, apertou a mão. Acho que talvez tenha sido a última vez que eu apertei a mão dele. E ele me perguntou: *"Por que você está assim?" "Não gostei do que você fez. Isso não se faz. Isso é falta de ética, isso é falta de moral."* E assim eu agi.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - O senhor o viu gravando?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Já disse aqui que foi de forma clandestina, sub-reptícia. Ele mesmo disse que ele, no procedimento dele, disse que ia salvar a República. Ele se pronunciou...

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Mas ele disse que gravou?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Disse na imprensa, senhora.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Para o senhor?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Disse à imprensa. Vou repetir.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Quem disse ao senhor que ele gravou?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Minha senhora, isso foi publicado. Ele mesmo se vangloriou desse ato. E ele...



A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - O senhor, então, está se baseando em informações que foram publicadas pela imprensa. O senhor está baseando seu testemunho...

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Não! Ele chamou a autoria para si! É só ver os fatos à época! Ele chamou a autoria para si.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Essa autoria foi através da imprensa. O senhor tomou conhecimento desses fatos através da imprensa. O senhor não o viu gravando. Ele não confessou ao senhor que esteve gravando. É isso, ou estou equivocada?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Não. Com relação a mim, ele não confessou que fez a gravação, mas disse...

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Não confessou. O senhor tomou conhecimento dos fatos por que meios, então?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Vou repetir. No próprio plenário da Câmara, ele disse que tinha feito para salvar aquilo ao Presidente. Por óbvio, para fazer...

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Esse salvamento seria que ato exatamente?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Sim, o Deputado Daniel Silveira. Acho que já está respondida a sua pergunta. Se tiver outra, por favor.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Então, o senhor... Tudo bem. Com que subsídios o senhor fundamenta o fato de alegar que foi ele que fez a gravação?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Mais uma vez, a senhora está fazendo a mesma pergunta, de forma retórica.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Então, o senhor não afirma aqui que o senhor tem condições de declarar para o Brasil e para mundo que o Daniel Silveira é que foi o autor das gravações. Afinal de contas, o senhor mesmo disse que naquela reunião havia, pelo menos, 20 Parlamentares presentes. Então, o senhor só fundamenta o seu testemunho, as suas declarações no que a imprensa publicou.



O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Ele assumiu a autoria.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Para quem? Para o senhor?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Para o Brasil e para o mundo, como a senhora falou! E falou também na reunião no plenário, quando esteve comigo! E falou com diversos outros Parlamentares.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Mas ele disse que gravou? Ele usou a expressão "gravei a reunião"?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PSL - RJ) - Já deu! chega!

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Então, está bom. Estou satisfeita, Excelência. Sem mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Agradeço a V.Exa.

Não havendo mais quem queira usar a palavra, agradeço a presença do Sr. Deputado Felício Laterça e declaro finalizada a presente oitiva.

Solicito à assessoria desta Comissão que convide a segunda testemunha, o Deputado Delegado Waldir, a entrar virtualmente na sala de reuniões do Conselho.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Sr. Presidente, antes de iniciar a perquirição da próxima testemunha, eu já gostaria que fossem envidados esforços no sentido de a Mesa propiciar a forma de envio do vídeo que será objeto das próximas perguntas, por favor. Eu o envio por meio eletrônico ou, em função de seu tamanho, posso enviá-lo por *pendrive*?

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Presidente, eu ainda tenho que fazer essa solicitação à Polícia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - V.Exa. tem que fazer por escrito essa solicitação.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Eu tenho que fazer essa solicitação. Eu tenho minhas dúvidas de que a Polícia Legislativa, que a Câmara grave por tanto tempo. Já se passou muito tempo do fato. Espero que eles ainda possam ter essa gravação. Mas eu farei a solicitação por escrito.



O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Deputado Alexandre, acredito que eu não me fiz entender. As perquirições que serão feitas agora ao Deputado Delegado Waldir se referem a um vídeo de que a defesa tem posse. Eu gostaria que fossem envidados esforços no sentido de viabilizar a esta defesa que junte aos autos e exiba para V.Exas. o conteúdo do vídeo e que ele fique apensado aos autos. Eu gostaria de saber qual é o meio mais eficaz de enviar o vídeo, se através de *pendrive* ou envio eletrônico. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Eu vou suspender a reunião até que o Deputado Delegado Waldir acesse o plenário virtual.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Ele está presente.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Ele está presente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Já está presente? *(Pausa.)*

A segunda testemunha já está presente no plenário. Eu, desde já, passo a palavra ao nobre Relator, o Deputado Alexandre Leite, para iniciar a sua inquirição.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Bom dia, Deputado Delegado Waldir.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Bom dia, Deputado Alexandre.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Vamos fazer um pergunta bem genérica e deixar que V.Exa., já que fez a representação junto ao PSL, possa discorrer sobre os fatos alegados nessa representação e possa dizer... Aqui, pelo depoimento anterior, nós vemos que já se identifica uma clara quebra de decoro. Resta saber por parte de quem. A história do Deputado Daniel e a do Deputado Laterça são muito conflitantes. Então, resta saber quem está mentindo. Nós vamos ter que buscar meios para isso, e V.Exa. é uma testemunha essencial, porque era o Líder nessa reunião. E, na ausência de gravação feita pela Câmara... Eu espero que ainda tenha, mas, na ausência de gravação dela... Também não houve registro escrito presencial dessa reunião. Então, já peço que V.Exa. discorra sobre todos esses fatos e que possa dizer se o Deputado Delegado Waldir se lembra se o



Deputado Felício Laterça estava presente nessa reunião, onde ela aconteceu e, aí, pode ter a liberdade de discorrer sobre o assunto.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Bom dia a todos. O áudio está bom?

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Está o.k.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - O.k. Bom dia, nobre Relator, Sr. Presidente, nobres Deputados, advogado de defesa e demais pessoas que participam, a Secretaria e a equipe que participa do Conselho de Ética. Primeiramente, eu gostaria de esclarecer que os fatos aconteceram na sala 111, bloco A, mesmo local em que está presente o Conselho de Ética; no mesmo bloco. Os fatos aconteceram dentro da Câmara Federal. Não era um nicho, um local privativo do partido, mas, sim, um espaço da Liderança do PSL. Os fatos aconteceram dentro da sala particular da Liderança. Cada Líder, aqui na Câmara Federal, tem uma sala, e essa sala comporta umas 15 pessoas. Os fatos aconteceram nessa sala. Nessa sala da Liderança, houve a presença exclusivamente de Parlamentares. Não era, naquele momento, uma reunião pública; era uma reunião particular que aconteceu dentro de uma sala unicamente com Parlamentares. Não havia nem um assessor, não havia imprensa. A única gravação dos fatos no interior dessa sala foi feita pelo denunciado. Então, a única gravação do interior dessa sala foi feita de forma premeditada, planejada, com o objetivo de obter vantagens, pelo investigado. Ele é a única pessoa que tem a gravação, que foi editada — foi trazida pela imprensa e divulgada apenas uma parte da reunião. Ela foi editada. Eu acredito que o pedido que V.Exa. fez à Polícia Federal quando da apreensão do celular do investigado — e essa prova é extremamente útil — poderá trazer todo o teor da gravação, que seria extremamente importante para medir a conduta da quebra de decoro do Parlamentar. Então, ele se infiltrou numa reunião privativa para tratar de assunto, naquele momento, em ápice: a troca da Liderança. Ele se infiltrou, o investigado se infiltrou, gravou, premeditou para prejudicar outros Parlamentares e para obter vantagens, seja em cargos do



Governo, seja em emendas parlamentares, não apenas para ele; para ele e para outras pessoas, e, de forma consequente, entregar a Liderança, na época, para Eduardo Bolsonaro, o filho do Presidente. Então, violou a privacidade, a intimidade, numa conduta extremamente grave. Faço uma referência, Sr. Presidente do Conselho de Ética: se, numa reunião privada no DEM ou no PSDB ou no PSDB ou numa reunião de Líderes, um dos Parlamentares, sem o conhecimento dos demais, abrir uma gravação e depois levar isso para terceiros... Então, realmente é uma conduta gravíssima. Não vejo nem a conduta do falso testemunho do ex-Deputado Eduardo Cunha, que foi cassado, tão grave como a conduta do Parlamentar ora investigado. Ratifico, em inteiro teor, toda a Representação nº 17, de 2019, do PSL. Os fatos aconteceram no dia 16 de outubro de 2019. Era uma reunião, sim, confidencial, que tentava preservar a Liderança, que, naquele momento, eu ocupava. O investigado premeditou, foi ardil, foi covarde, foi X9. Na gíria policial — eu venho da atividade investigativa —, foi X9, foi cagueta. É uma conduta gravíssima. Não vi nada paralelo. Eu tenho quase 8 anos de Parlamento e nunca vi nada parecido. Eu sou um estudioso e não me lembro de fato tão ardil, desleal, imoral, antiético. Um absurdo! Um abuso de confiança, considerando que o investigado foi Líder, ou seja, era pessoa de minha extrema confiança. É muito importante deixar isso claro. O investigado era uma pessoa de extrema confiança. Ele foi, durante a minha gestão, por um bom tempo, Vice-Líder. Era uma pessoa contemplada em várias Comissões. Então, era uma pessoa de extrema, de muita confiança. Isso é muito importante deixar claro. Quanto às pessoas que estavam presentes, Sr. Relator, eu me lembro muito bem da pessoa que chegou com o investigado, que foi o Luiz Lima, Deputado Federal do Rio de Janeiro. Também estava presentes, que me lembre, o Trutis — eu me lembro do Trutis. Eu me lembro do Francischini, que está muito claro na gravação; eu me lembro de uma Deputada, mulher, que era Daiane; e havia outros dois ou três Parlamentares, que não me recordo quem, que estavam presentes. Penso que essas seriam algumas



considerações iniciais. Aguardo os demais questionamentos trazidos por V.Exa., pelos demais Parlamentares e pelo advogado de defesa.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Deputado Waldir, então, já aproveitando essa fala final sua, V.Exa. não se recorda ou afirma que o Deputado Felício Laterça não estava presente a esta reunião?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Não, não. Havia outros Parlamentares. Havia mais dois ou três Parlamentares. Eu não consigo me recordar quem eram eles. Então, não estou dizendo que o Felício Laterça não estava. Havia outros Parlamentares, de cujos nomes não me recordo. Talvez, na oitiva de outros Parlamentares que estavam, desses que eu mencionei, eles possam esclarecer quem eram os Parlamentares presentes àquela reunião. Mas esses que eu mencionei eu tenho certeza absoluta e também tenho certeza absoluta de que não havia qualquer assessor, que era uma reunião a portas fechadas. Havia duas portas de acesso, ambas fechadas.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Quanto à pauta, era uma pauta única? Ela era exclusiva para discutir a Liderança do PSL na Câmara ou houve...

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Naquele momento, Deputado, a gente buscava agregar Parlamentares para esse projeto, e o diálogo travava-se nesse sentido. E, nesse momento, a discussão era unicamente uma discussão política, que interferia, sem dúvida nenhuma, nos rumos das decisões que se tomariam: preservar-me na Liderança ou trazer o Eduardo Bolsonaro. Os fatos aconteceram naquela tempestade em que o Presidente da República atacou o Presidente Luciano Bivar, e, na sequência, eu, como Líder do PSL, saí em defesa do nosso Presidente do partido. Penso que, naquele momento, a gente viu uma quebra muito clara do princípio constitucional da independência dos Poderes. Por quê? Porque aquele Parlamentar que veio para gravar — e combinou isso no dia anterior, no Palácio, com vários outros Parlamentares; combinou com o Presidente da República e combinou com outros Parlamentares — quebra, rasga a Constituição, naquele princípio da independência e harmonia entre os Poderes.



Aquele Parlamentar e outros que estavam em conluio com ele se ajoelharam, se dobraram, se venderam ao Executivo. E a finalidade disso, sem dúvida nenhuma, era obter vantagem; não era proteger o Presidente da República, mesmo porque, se você pegar as votações na época, eu, como Líder, a gente votava — eu, pessoalmente, e as orientações eram — com o Governo.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Então, Dr. Waldir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Deputado Alexandre, eu vou precisar me ausentar por alguns minutos e vou passar a condução dos trabalhos ao 2º Vice-Presidente, o Deputado Carlos Sampaio. Mas antes quero informar ao advogado Dr. Jean Garcia que eu indefiro a solicitação dele com relação à exibição do vídeo antes da inquirição da testemunha por parte da defesa, mas que ele pode encaminhar a este Conselho o vídeo. Se quiser, esse vídeo pode ser anexado aos autos. Caso o Dr. Jean, em outras oitivas, deseje fazer uso desse expediente, que ele encaminhe com certa antecedência o vídeo para este Conselho, para que a gente possa ter conhecimento de seu teor e, se for o caso, autorizar sua veiculação durante a reunião deste Conselho. Passo a condução dos trabalhos ao Deputado Carlos Sampaio. Agradeço a S.Exa., cumprimento o nobre colega, o Deputado Waldir, e retorno a palavra ao Deputado Alexandre Leite.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Sr. Presidente, antes de sua retirada, só 1 minutinho: se for necessário, inclusive, antes da sua saída, eu me coloco à disposição para prestar o compromisso legal de dizer a verdade. É uma prerrogativa do Parlamentar, mas faço o meu depoimento sob o compromisso legal de dizer a verdade, se assim for necessário e der mais detalhes do meu depoimento. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Deputado Delegado Waldir, agradeço a V.Exa., mas não se faz necessário. V.Exa., como Parlamentar, já tem o dever de falar a verdade. Isso está previsto inclusive nos deveres fundamentais, no Código de Ética. Mas agradeço a V.Exa. Tenho certeza de que V.Exa. é cumpridor das suas obrigações e, pelo mandato que desempenha nesta



Casa, não tenho dúvidas de que as informações que V.Exa. está trazendo a este Conselho são eivadas de verdade e de correção. Agradeço a V.Exa.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. Bloco/DEM - BA) - Deputado Alexandre Leite, V.Exa. está com a palavra.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Vamos finalizar então, Dr. Waldir. A publicação da gravação da reunião alterou o resultado da escolha da Liderança? O objetivo foi alcançado? V.Exa. alega que o representado pleitearia, ou pleiteava cargos no Governo, emendas parlamentares. V.Exa. foi Líder, tem acesso a isso, então, sabe dizer se ele logrou êxito com a publicação desse áudio?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Inclusive V.Exa. vai poder pedir para os Líderes de bancada e para a SEGOV — hoje, a Flávia; ou, na época, o secretário da SEGOV na época — e verificará que o investigado logrou êxito nessas vantagens. No Rio de Janeiro, ele tem a indicação de cargo. Se você vir, proporcionalmente, na época, as emendas... Vou lembrar um detalhe, uma das consequências, seria importante trazer a V.Exa. e ao conhecimento de todos os Parlamentares, uma das consequências imediatas foi, sem dúvida nenhuma — e naquele momento já ocorria a interferência de Ministros do Palácio do Governo, interferindo, fazendo ligações aos Parlamentares —, oferecimento de emendas. Naquele momento, nós tínhamos, logo depois da reforma da Previdência, havia uma oferta de 20 milhões para cada Parlamentar, pela aprovação da reforma da Previdência. Para os Líderes, havia o dobro do valor, para cada Líder. Todos os Líderes que apoiavam o Governo na época receberam os valores referentes. E, naquele momento, o Delegado Waldir foi o único que não conseguiu almejar. E quase todos os Parlamentares que participaram desse conluio tiveram o pagamento desse recurso. Então, houve o pagamento de emendas, a entrega de cargos, houve a interferência direta do Palácio com diversos Ministros fazendo ligação para os Parlamentares. Na época, eu deixei isso muito claro. Quando eu falo, lá atrás, e deve vir um questionamento, que eu dizia que implodo o Presidente da República,



essa implosão referia-se a essa negociação, essa compra dos Parlamentares, para que o filho Eduardo, para que o filho do Presidente, o Eduardo Bolsonaro, por quem tenho muito respeito, pudesse assumir a Liderança do PSL na época. Era muito importante; ele tinha tido uma dificuldade em se cacifar como embaixador do Brasil nos Estados Unidos, tinha tido uma recusa, e isso foi usado para poder levar o Eduardo, que foi um cara que me apoiou no momento em que eu fui indicado para a Liderança do PSL, no final de 2018, início de 2019, foi uma das pessoas que me ajudaram a me tornar Líder do partido.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Então, apenas para eu situar a conversa, Delegado Waldir, a reunião foi marcada; pelo que se dá a entender, corrija-me se estiver errado, já havia uma conversa prévia para a condução de V.Exa. à Liderança do PSL àquela época. Correto?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Na verdade...

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - O que eu quero saber é se essa reunião tinha o intuito de homologar a sua Liderança, ou se ela foi marcada para justamente discutir quem seria o Líder e, nessa discussão, fazer a escolha por meio de votação. Ela foi uma reunião marcada com qual intuito, discutir a Liderança, homologar a sua Liderança? Isso tem muita relação com o fato, porque temos que entender se o Deputado Daniel publicou isso com o intuito de atrapalhar a sua eleição ou se foi ali num ambiente de disputa entre os polos, porque sabemos que existe político dentro da Liderança do PSL.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Foi uma reunião de articulação naquele momento. O PSL tinha 53 Parlamentares. Foi uma das reuniões de articulação para a minha manutenção na Liderança. O.k.? E considerando que o Deputado investigado, no dia anterior, teve uma reunião no Palácio, e V.Exa. vai poder, se quiser, pedir aos Parlamentares que ingressaram no Palácio do Governo no dia anterior, teve uma reunião com o intuito de planejar e premeditar essa gravação para destruir a minha manutenção na Liderança do PSL.



O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Sem mais para o momento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Bom, terminada a inquirição por parte do Relator, eu pergunto ao representado, Deputado Daniel, se ele gostaria de formular as suas perguntas antes do seu advogado ou depois do seu advogado.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Sr. Presidente, eu gostaria de inverter a ordem agora.

Deputado Daniel, eu gostaria de inverter a ordem agora, se possível. Está o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Pois não.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Com a palavra o advogado, Dr. Jean Garcia.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Quero agradecer a presença do Deputado Delegado Waldir e esclarecer para ele que hoje nós temos grandes operadores do direito aqui que ocuparam diversas posições, seja no Ministério Público, seja na advocacia ou na Polícia. Eu já tive o prazer de passar pelas fileiras do Exército e do Batalhão de Polícia e posso falar para o senhor de cadeira que conheço todos os jargões policiais. Eu gostaria de iniciar perguntando para o senhor se "cagueta", no jargão policial, é quem delata comparsas de crime.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - O sinônimo está no dicionário. Então, não cabe a mim, como depoente, esclarecer. Se V.Exa. tem amplo conhecimento e vem da área investigativa, então, eu não tenho que conceituar isso. Não é papel do Parlamentar conceituar isso. Obrigado.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Mas o senhor atribuiu essa situação, essa alcunha ao Deputado. Eu gostaria que o senhor esclarecesse.



O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Eu diria para o senhor que o que eu disse são todos fatos verdadeiros e são condutas que o Parlamentar investigado praticou.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Então, assim, segundo o dicionário, "cagueta" vem do verbo caguetar, o mesmo que dedura, alcagueta, fofoca, delata e deda. E, sim, Deputado, no jargão policial, o próprio doutor, o Deputado Carlos Sampaio, que está presidindo agora a sessão, que é promotor de Justiça, sabe que o termo "cagueta" é exclusivamente indicado e utilizado para aqueles criminosos que delatam os seus comparsas. E aí eu vou seguir, Deputado. Já houve punição ao Deputado Daniel em razão dessa situação?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Eu diria para o senhor a seguinte situação. O senhor é um especialista, me parece, em direito, tem um vasto conhecimento em direito. Eu acho que o conhecimento jurídico do senhor e das demais pessoas que o senhor mencionou aqui, tem que entender que existem várias esferas. Existe uma esfera administrativa, dentro do partido, que é uma conduta praticada pelo investigado dentro do partido; existe uma conduta que pode ser levada para a esfera penal; existe uma conduta indenizatória, que pode ser tratada na esfera civil; e existe uma conduta de quebra de decoro parlamentar, que é uma conduta política. O que nós estamos tratando aqui, doutor... O senhor me parece ser muito inteligente, percebe que nós estamos tratando aqui — que são esferas independentes — apenas da quebra do decoro parlamentar, uma conduta prevista no nosso Regimento. Então, eu acho que é muito claro isso para o senhor. Então, se existe punição em outras esferas, se já ocorreu ou não, isso não interessa aqui. O que estamos fazendo aqui é trazendo o fato para uma apuração política da conduta dele. Voltando à expressão que o senhor perguntou em relação à cagueta, na verdade, essa conduta não é só na área policial, ela pode ser usada em qualquer área, é uma pessoa que se infiltra, é uma pessoa que busca informações para destruir outras pessoas. E a pretensão do investigado foi muito clara, ele entrou naquela reunião de forma premeditada, planejada, numa reunião que ocorreu no



Palácio no dia anterior, para destruir aquele Líder e aqueles outros Parlamentares que, com ele, compõem o Parlamento. Ele estava na casa dele, ele entrou na casa dele e entrou para destruir os seus irmãos, para destruir Parlamentares. Alega ele, na petição, inclusive acho que foi feita pelo senhor, para proteger a honra de outra pessoa. Mas ele tem que entender que ele é Parlamentar, ele não é Presidente da República. Então, quero deixar isso muito claro para o senhor.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Só esclarecendo para o senhor, doutor, que só se infiltra quem é clandestino. Quando a pessoa entra na própria casa, ela não se infiltra. E o senhor não respondeu a minha pergunta. Cabe a esta defesa valorar e aquilatar o que é pertinente ou não a ela. Eu gostaria que o senhor me respondesse. Eu entendo, sim, a partição dos Poderes, eu entendo, sim, as instâncias diferentes que existem nos âmbitos administrativo, penal, civil. Conheço, sou conhecedor da lei, tanto quanto o senhor, que é delegado. Eu gostaria que o senhor me respondesse se, no âmbito do PSL, ele foi punido ou se ele sofreu punição por esse ato, a despeito de o senhor achar pertinente ou não.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Doutor, na verdade, o senhor não pode colocar palavras na minha boca. Tanto que o senhor conhece de direito eu conheço, eu fiz a resposta. O senhor é muito inteligente, e a Comissão tem as ferramentas necessárias para verificar se houve ou não qualquer sanção ao Parlamentar. Não é papel meu, eu não sou Líder, eu não sou Presidente do partido, eu não sou Relator. Eu acho que o senhor tem habilidade, o senhor é uma pessoa inteligente, pode pegar uma certidão, buscar uma certidão no partido, eu não sei se ela já está no processo. É uma produção de provas, doutor, é muito simples isso.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - O senhor não precisa me ensinar o meu serviço.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Agora, o senhor não queira colocar na minha boca ou tirar de mim aquilo que o senhor pode produzir. O senhor está recebendo honorários para poder trazer provas em defesa do seu cliente. Então, eu acho que essa é a conduta que o senhor tem que tomar.



O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - A despeito do que o senhor acha de como eu deva conduzir o meu trabalho ou não, a pergunta persiste, e eu gostaria que o senhor a respondesse. O senhor falou, no início da fala do senhor, que tinha compromisso com a verdade. Então, eu vou mudar a pergunta, Deputado: o senhor tomou conhecimento, ainda que por ouvir dizer — e isso para a defesa tem relevância, e ela não pode ser cerceada —, se houve, por parte da agremiação, algum tipo de punição ao Deputado por essa conduta? Simples. Eu sou contra perguntas indutivas de "sim" ou "não", porque eu acho que isso fere a liberdade da testemunha de dizer isso. Mas eu não quero a impressão do senhor. Eu quero que o senhor diga, pautado no compromisso que o senhor fez de dizer a verdade, se o senhor tomou conhecimento, ainda que por terceira pessoa, de que houve uma punição do Deputado Daniel Silveira por esses fatos, no âmbito da agremiação dele. A minha pergunta é objetiva, e eu gostaria que o senhor parasse de tergiversar e me desse uma resposta objetiva.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Eu gostei que o senhor falou da liberdade de expressão. O senhor está tentando me constranger, me coagir. E o senhor fez na sua petição acusações absurdas, como a de que eu gravei o Presidente da República. E eu vou tomar providências em relação a isso. Então, o senhor não vai me constranger. O senhor esqueça isso, doutor. O senhor tem as habilidades técnicas para ter essa resposta. Não cabe a mim responder. Cabe ao partido responder. E, aqui, ele não foi punido por essa conduta, porque essa conduta é uma conduta, doutor, que...

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Eu não perguntei sobre essa conduta.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Doutor, não interfira quando eu estiver falando. Respeite-me, por favor.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Por favor.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Está bem? Por favor! Eu acho que a gente aprende isso na escola, em casa, com a família e na advocacia e lá no



Exército. Quando uma pessoa está falando, a outra tem que ouvir. Então, por favor, se não ensinaram isso ao senhor, eu vou lhe ensinar neste momento no Conselho de Ética. É aqui...

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - O senhor não vai me ensinar nada, Deputado.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - De novo, doutor? De novo, doutor? De novo? O senhor está interferindo...

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Trate-me com o mesmo respeito com que eu trato o senhor, Deputado.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente, eu peço que o senhor determine ao advogado que se cale quando eu estiver falando.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Presidente Carlos Sampaio, permita-me também fazer um protesto com relação a...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Só respondendo ao Deputado Delegado Waldir, o Dr. Jean já se desculpou pelo fato de tê-lo interrompido.

Então, por favor, Deputado Delegado Waldir, continue na sua resposta para que possa concluir a pergunta feita pelo advogado.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Então, só concluindo, Sr. Presidente, é para apenas dizer que o Parlamentar investigado não foi punido por essa conduta, considerando que se trata de quebra de decoro parlamentar, que não cabe ao partido punir, mas unicamente a este Conselho. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Por favor, Dr. Jean.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - A despeito da punição por quebra de decoro, que é o objeto dessa investigação, no âmbito administrativo, no âmbito interno da agremiação, houve alguma punição ao Deputado por ter supostamente realizado a gravação?



O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Cabe a V.Exa. buscar esse levantamento no partido.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - O senhor falou que essa reunião era uma reunião interna do PSL, era uma questão *interna corporis* do PSL. O senhor ratifica isso?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Era uma reunião para tratar da liderança do partido, que interessava a toda a Câmara Federal, não apenas *interna corporis*. Mas a liderança, a manutenção de uma liderança do PSL interfere em todos os atos, na indicação dos membros de cada Comissão, no número de cargos dentro do partido, no diálogo com o Governo. Então, era uma reunião de interesse do Parlamento, da Câmara Federal.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - O Parlamento faz indicações de presidentes de agremiações, como um todo?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - O Parlamento define as regras para indicação do Líder. Isso está no Regimento.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Mas ela interfere?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Basta o senhor fazer uma leitura do Regimento, o senhor vai verificar que existem regras que são necessárias para se fazer a escolha do Líder. Basta uma mera leitura no Regimento, doutor.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Mas essa deliberação, essa indicação do Líder é uma questão interna do partido ou existe interferência da Mesa da Câmara?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Não, não é uma decisão interna, porque ela tem que ser homologada pela Mesa da Câmara, doutor. Basta uma leitura no Regimento.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Mas para ela ser...

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - O senhor, por favor, novamente, deixa eu concluir meu raciocínio. Então, basta V.Exa. fazer uma mera leitura no Regimento e verá que é um ato político praticado dentro do Parlamento.



O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - A indicação do presidente da agremiação é indicação tríplice pela Mesa da Presidência da Câmara ou é indicação interna do partido, é uma deliberação interna do partido?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Do presidente da agremiação é distinto. Do Presidente do PSL é distinto. Do Líder do PSL é uma decisão de escolha dos Parlamentares que tem que ser ratificada pela Mesa.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - O senhor disse, na fala do senhor respondendo as perguntas do nobre Deputado Alexandre Leite, que a gravação foi editada. O senhor teve acesso ao inteiro teor da gravação?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Quem teve esse acesso foi o Parlamentar que fez a gravação, via um grupo que estava em conluio com ele.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - O senhor teve acesso ao inteiro teor?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - A Polícia Federal tem.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - O senhor falou que ela foi editada.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Eu não tive acesso ao inteiro teor. Esta é a resposta à pergunta.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Perfeito. Muito grato.

O senhor sabe qual a duração do inteiro teor da gravação?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - O senhor tem que perguntar para o seu cliente.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Eu estou perguntando se o senhor sabe.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Não. O senhor tem que perguntar isso para o seu cliente. Foi ele que gravou. Não fui eu que gravei.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Mas eu quero saber se o senhor sabe...

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Eu, no caso, fui o gravado. Quem gravou sabe o tempo. Era uma pessoa hábil nessa atividade. Ele sabe que



ele era hábil e que fez não apenas a minha gravação. Depois, a gente tomou conhecimento de que ele fez várias outras gravações. Inclusive pergunta para o seu cliente a gravação que ele fez, quando ele esteve, antes de assumir o mandato, na Rússia, que fez aqui com o Presidente da República. Procure ouvir algumas assessoras, algumas Deputadas no Parlamento, algumas gravações, imagens e vídeos inclusive que ele fez.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - O senhor afirmou, categoricamente, que a gravação foi editada. Com base em que o senhor fala que ocorreu a edição?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Vamos aguardar Polícia Federal se manifestar. Se o senhor pegar o áudio, é só ver a qualidade técnica. Foi divulgado apenas aquilo que interessava ao investigado naquele momento e aos Parlamentares que estavam em conluio com ele, em busca de vantagens.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - A minha pergunta foi objetiva, doutor. O senhor é delegado, o senhor sabe...

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - A minha resposta foi objetiva.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Com base em que o senhor fala objetivamente que houve edição da gravação, se o senhor não teve acesso ao inteiro teor, se o senhor não sabe a duração dela? Se o senhor não sabe essas questões, como é que o senhor pode afirmar, de forma contundente, que houve uma edição?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - É só o senhor ouvir... Eu acho que o senhor... Qualquer criança, se ouvir... Não precisa ser especialista, qualquer criança, se ouvir a gravação, vai perceber a edição. Outro detalhe: eu acho que o senhor está se esquecendo da minha atividade. Eu sou policial e, como policial, eu tenho qualquer coisa de 20 anos de experiência. Inclusive, já realizamos legalmente, com autorização da justiça, muitas gravações telefônicas. Isso aí está no nosso mister, a investigação policial, o.k.? Então, é só o senhor aguardar o final desse processo e o senhor, uma vez que a Polícia Federal obtenha o áudio adequado nos celulares, terá mais informações.



O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - De novo, eu vou fazer uma pergunta... De novo não, é uma nova pergunta: o senhor falou que o Deputado Daniel Silveira se infiltrou na reunião. Ele era membro do partido?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Oi?

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - O senhor falou que o Deputado Daniel Silveira se infiltrou na reunião.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Sim.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Ele era membro do partido?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Ele era membro do partido, com... Ele é membro do partido. Ele não era, não. Ele é membro do partido, doutor.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Então, ele tinha o direto legal, constitucional, regimental, de estar presente nessa reunião?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Ele veio para a reunião com o único objetivo... Ele sabia da reunião, ele veio para a reunião com...

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - A minha pergunta não foi essa, Deputado.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - O senhor vai deixar eu terminar o raciocínio ou não?

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Eu gostaria que o senhor respondesse a minha pergunta.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Sr. Presidente, continua o advogado cortando a minha linha de raciocínio, e isso prejudica o meu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Só vamos aguardar a conclusão dele e ele poderá responder ao final da fala dele a sua pergunta.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - O advogado parece que está muito ansioso. Eu recomendo a ele tomar uma Maracugina ali ou tomar uma água... Isso doutor, tome uma água aí, para o senhor se acalmar. Então, se acalme, que



eu respondo ao senhor todas as suas perguntas com riqueza de detalhes. Refaça a pergunta, por favor, doutor.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - O senhor falou que o Deputado Daniel Silveira se infiltrou na reunião. Eu perguntei para o senhor se ele era membro do partido e se ele tinha o direito legal, regimental, constitucional de estar presente nessa reunião, e o senhor me falou que sim. Eu pergunto para o senhor: por que ele se infiltrou? Por que ele tem o rótulo de se infiltrar no ambiente em que ele tinha o direito de estar?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Ele foi buscar vantagens, doutor. Ele estava a serviço... Ele estava a serviço de outros Parlamentares. Ele foi policial muito tempo. Ele sabe o que é subordinação. Então, ele, subordinado ao Presidente da República, o que é muito triste para o Parlamento, num ato de subordinação, de escravidão, de senhorio, o Parlamentar, em busca de vantagem para ele e para um grupo, foi para a reunião com a pretensão de gravar e levar isso para obter a vantagem que ele desejava.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - De investigador para investigador, Deputado: o senhor falou que ele obteve benefícios, materialidade desses benefícios. O senhor tem? Materialidade, não ilações; materialidade.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Tenho. É só o senhor buscar as emendas dele, quanto ele recebeu de emenda e os cargos lá... É só o senhor buscar, lá no Jardim Botânico, as indicações políticas que ele tem lá. É muito fácil. É só o senhor buscar na SEGOV as indicações que ele tem, e o senhor vai ver a vantagem. Mas o senhor me desculpe, doutor. Nós não estamos falando de investigador para investigador. O senhor é advogado, e o investigador hoje aqui é apenas o nobre Relator.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Pela ordem, Presidente.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Perfeito. É porque o senhor se avocou da condição de policial. Por isso, eu tomei a liberdade, e peço desculpas.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Eu passo a palavra ao Relator, que está pedindo para fazer uso dela.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - É um esclarecimento dentro da pergunta do Dr. Jean. A reunião... Nós sabemos que, à época e até hoje, o PSL é praticamente dois partidos, é dividido em dois grupos. Essa reunião foi restrita a um grupo ou ela foi aberta aos dois grupos, apesar de ser sigilosa? Apesar de ser de conteúdo restrito à agremiação, ela foi de um grupo, do grupo pró ou contra o Presidente, ou aberta aos dois grupos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Dr. Jean, se me permite, o Relator, pelo que percebo, está tentando contribuir. O senhor concorda com que ele faça essa pergunta?

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Perfeitamente. Tudo pela busca da verdade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Por gentileza, Deputado Delegado Waldir.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor advogado de defesa e demais Parlamentares que aqui participam, naquele momento, não era ainda água e óleo. Naquele momento, havia ainda uma integração dos grupos. Mesmo iniciando uma pequena rusga, ainda havia uma convivência. A Liderança, sob o meu comando, sempre foi aberta a todos os Parlamentares. Então, a reunião era sempre com todos os Parlamentares. A porta nunca foi trancada com chave. O Parlamentar, naquela reunião, poderia entrar. Então, era de livre acesso a qualquer dos 53 Parlamentares do PSL, de livre acesso aos Parlamentares, considerando que a gente discutia um assunto de interesse do Brasil, da Câmara Federal e do partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Por favor, Dr. Jean.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Sr. Deputado Waldir, não sei se o senhor me respondeu isso. Se já respondeu, é só dizer que "sim" ou "não". Existia uma ata dessa reunião? O Deputado Alexandre falou qual era a pauta.



Normalmente, existe uma convocação? Essa convocação é por escrito? Essa pauta existe? E existiu uma lista de presença? Existiu um registro da ata dessa reunião?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Não, doutor. Não era uma reunião com ata. Não sei se o senhor conhece o processo legislativo e as reuniões de lideranças. No momento em que acontecem as trocas de Lideranças, são reuniões informais. Como eu disse na resposta anterior, era de livre acesso aos 53 Parlamentares do PSL.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Sr. Deputado, quando há uma reunião do partido, quando há uma reunião da agremiação, seja para deliberar qual pauta seja, quando ela é classificada como sigilosa, existe uma condução para isso? Existe um informe? Existe um ofício? Existe algum comunicado classificando-a como sigilosa?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Doutor, toda informação que nós dialogamos... Se o senhor dialogar com um grupo de advogados no seu escritório, a que o senhor pertence, e, de repente, um colega seu grava a reunião sobre assuntos que interessam à Liderança, que interessam ao País... O Parlamentar, doutor, não sei se o senhor sabe... Vou orientar o senhor: o Parlamentar é responsável pela decisão da vida das pessoas, como exemplo neste momento da pandemia, com recursos, com vacina. Então, nós interferimos na vida do País, nós representamos o povo, nobre advogado — nós representamos. Então, as informações que nós detemos e que nós obtemos são informações estratégicas. E o senhor, como vem da área, me parece, o senhor me falou no início, do Exército, sabe que, se houver uma reunião de que o senhor participe com os demais comandantes, se, por acaso, o senhor vazar essa informação, o senhor sabe as consequências que o senhor terá politicamente, administrativamente, civilmente, criminalmente dessa sua conduta. O senhor é uma pessoa que vem da área militar, que sabe a importância do sigilo e do resguardo de informações que se tratam entre quatro paredes. Não era uma reunião aberta, doutor, a toda a imprensa, para os assessores. Não era uma reunião em plenário. Não era uma reunião no Conselho



de Ética ou em qualquer das Comissões. Era uma reunião em uma sala fechada, controlada. E ali se colocavam em jogo votações importantes de interesse do País, do Governo Federal, meu caro nobre advogado.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Agradeço os esclarecimentos ao nobre Deputado. Então, eu posso classificá-la como uma reunião informal fechada?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Não, o senhor está tentando colocar palavras na minha boca.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Não. O senhor falou que era uma reunião informal. Eu anotei aqui. O senhor falou que era uma reunião informal.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Não. Aí depende da interpretação. O senhor não pode deduzir algo por mim. Aí depende.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Não. Eu não estou deduzindo, eu estou repetindo o que o senhor disse.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - *(Inaudível)* qual a interpretação. O senhor é da área do direito e sabe que o direito não é igual a exatas, em que um mais um são dois. Aqui é interpretação. Era uma reunião — vou repetir para o senhor — sem nenhum assessor, sem imprensa; não era no plenário da Câmara. Era uma reunião fechada que tratava de interesses extremamente importantes, não apenas para o PSL, mas para o Parlamento, para o País, a portas fechadas — a portas fechadas! —, sem acesso de nenhuma pessoa. Eram informações que se discutiam de interesse do País. O senhor está tentando deduzir que, como não houve uma convocação... Isso não existe, doutor, no Parlamento. Essa presunção... O senhor é advogado, não tem obrigação de saber. Eu entendo que o senhor não tenha essa *expertise* de saber como é a condução no Parlamento, o.k.? Então, essa reunião era uma reunião política de interesse do Parlamento, do País, do Governo, exclusiva, confidencial. Não existe a necessidade, doutor, daquela convocação... Neste momento em que nós estamos aqui discutindo, uma sessão está acontecendo no plenário. Houve uma convocação prévia. É pública? É claro. Não é o que a gente faz quando você discute a liderança do partido. Nós



fazemos, doutor — deixe-me orientar o senhor —, na Liderança, dezenas de reuniões a cada momento, quase todas elas sigilosas, de interesse do partido. Como é que o partido, nesse momento, se tiver alguma... Como é que o partido vai votar numa determinada Comissão? Tudo acontece, nobre advogado, na sala do Líder. Tudo acontece na sala do Líder. São decisões extremamente importantes para a vida do País e dos outros partidos a condução do Governo. E naquele momento ainda houve... Eu sou base do Governo. Então, são informações... Eu acho que deixei bem claro: são informações sigilosas e que interferem na vida da pessoa.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Perfeito. De forma nenhuma... Desculpe-me se eu me fiz interpretar mal. Em momento algum eu quis mitigar a importância das deliberações das agremiações, de forma alguma. As minhas perguntas são feitas justamente por desconhecer os meandros da Casa, mas o senhor me esclarece muito bem. E eu só repeti uma fala do senhor, porque o senhor falou que tiveram uma reunião informal, e já retiro a minha pergunta nesse sentido. O senhor falou que o Deputado Daniel Silveira teria agido em conluio com outros Parlamentares. Quais Parlamentares?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Cabe ao investigado falar. Houve uma reunião no dia anterior no Palácio para que houvesse a gravação. O senhor tem que perguntar para o seu cliente.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - O senhor sabe quem são esses Parlamentares?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Você tem que perguntar para o seu cliente quem eram esses Parlamentares que participaram desse conluio. Quem acompanhou ele no dia da reunião foi o Deputado Luiz Lima, o.k.? Quem o acompanhou. Mas aqueles que buscavam, que estavam auxiliando naquele momento o Governo... O senhor tinha que falar na época com o Líder do Governo. O Líder do Governo era uma pessoa extremamente útil para dar ao senhor essa resposta. O Líder do Governo na Câmara na época. Além do Líder do Governo na



Câmara, outros Parlamentares que... É só o senhor pedir no Palácio a lista das pessoas... O senhor conhece, o que achar mais fácil. Peça a lista das pessoas que estiveram no Palácio no dia anterior para planejar essa conduta de quebra, que depois gerou uma quebra de decoro parlamentar do Deputado investigado.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Sr. Deputado, eu só vou esclarecer para o senhor a seguinte questão: as perguntas que eu faço, todas, todas elas — eu acredito que o Dr. Carlos Sampaio também aja dessa forma, de forma proba, na condição de promotor —, as perguntas vão surgindo de acordo com as falas do interlocutor e da testemunha. E o senhor aqui...

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Eu estou ouvindo o senhor, doutor.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - E o senhor aqui... Quando o senhor iniciou, o senhor falou que o senhor tinha um compromisso com a verdade e que estava disposto a prestar o compromisso. E o senhor disse textualmente que o Deputado Daniel Silveira teria agido em conluio com outros Parlamentares. Essa é uma acusação séria. E, partindo do princípio de que o senhor assumiu o compromisso de falar a verdade — moral, porque não foi tomado efetivamente do senhor —, o senhor, na condição de testemunha, eu gostaria que declinasse, já que o senhor disse ter conhecimento, quais foram os Deputados que articularam, que agiram em conluio, em uma verdadeira organização criminosa, para poderem, com X-9s, denunciar crimes existentes. Se o senhor puder, por favor, eu agradeceria.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Deixe-me lembrar novamente ao senhor que isso cabe ao Relator... Parei aqui só para tomar uma água. Quero só lembrar, novamente, para o senhor — e o Presidente do Conselho pode fazer isso, ou o nobre Relator — que o senhor está usando muitas expressões criminais aqui.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Porque o senhor falou...

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Doutor, aqui nós não estamos... Eu acho que o senhor está confundindo a esfera criminal, que eu acho que é uma especialidade do senhor... O senhor argumenta muito bem. O senhor



está confundindo a esfera criminal com a esfera que nós estamos tratando aqui no Conselho de Ética. Então, seria bom o senhor retificar essa pergunta, porque o senhor usou expressões de cunho criminal, e, em nenhum momento, eu tratei... O conluio de que eu falei era um grupo de pessoas que se reuniram com busca de vantagens para tomar a Liderança, com vantagem em emendas, com influência do Presidente da República, com influência de Ministros, para entregar a Liderança ao filho do Presidente, Eduardo Bolsonaro.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Perfeito, Sr. Deputado. É, assim, me desculpe por ter levado para o cunho criminal. É porque o senhor usou "conluio", "X-9", "cagueta", "infiltração", "busca de vantagens". Esses são termos atinentes a investigações criminais. Agradeço imensamente a colaboração ao senhor, foi muito elucidativa. Vou acatar as sugestões do senhor de fazer os requerimentos necessários, mas isso no momento oportuno. O momento agora ensejava que eu fizesse as perquirições ao senhor. E eu gostaria que o senhor não tomasse para o lado pessoal, porque eu, na condição de advogado, sou essencial ao desempenho, ao exercício da Justiça, e todo e qualquer cidadão... O senhor pode nunca vir a precisar de um dentista, mas advogado em algum dia, em algum momento, alguém sempre vai buscar. E, com certeza, alguém vai querer um advogado que seja perquiridor, que seja percuciente e que busque valer, dentro do que é escorreito, dentro do que são as balizas da lei, os direitos do seu constituinte.

Um bom dia para o senhor. Um bom dia, não, uma boa tarde, Deputado Waldir. Eu agradeço a colaboração ao senhor.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Boa tarde, doutor. Obrigado. Eu gosto do bom diálogo e eu gosto da verdade. Eu vim aqui unicamente com esta pretensão: a de trazer a mais pura verdade. Aqui o intuito não é ajudar ou prejudicar A ou B; é apenas trazer os fatos da forma cristalina como eles aconteceram. Eu tenho esse compromisso, doutor. Respeito demais os advogados, muitos dos meus amigos são advogados. Fora o nosso debate, tenho um grande respeito pelo senhor, pelo seu trabalho. E nós estamos aqui numa atividade unicamente de colher



o meu depoimento, e o senhor está na função para a qual o senhor foi designado e tem que fazê-la da melhor forma possível. Obrigado, doutor. Boa tarde.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Obrigado, boa tarde. Sr. Presidente, a defesa encerra por ora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Jean, eu agradeço, então, a sua participação e pergunto ao representado Daniel se ele gostaria de fazer perguntas à testemunha.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Presidente, sim. Obrigado. Deputado Waldir, o senhor me escuta?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Sim, senhor. Eu escuto V.Exa.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Primeiramente, eu quero deixar claro que eu jamais tive algo contra o senhor. Pelo contrário, eu até admiro V.Exa., porque sei que o senhor é um pouco passional. Percebe-se naturalmente, durante qualquer conversa, que o senhor se excede nas palavras, até na emoção mesmo. Mas isso não é uma crítica, porque eu também sou assim. Então, é só para que o senhor entenda que eu o compreendo perfeitamente. O senhor é delegado de polícia, correto?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Sim, senhor.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - O senhor sabe que, ainda que hipoteticamente — não é o caso — eu tenha ido gravar aquela reunião... O senhor também sabe que ela não foi premeditada, pois o senhor mesmo me ligou no dia e na hora que iniciou a conversa. O senhor mesmo me ligou, falou: "*Daniel, está pelo Parlamento?*" Falei: "*Estou aqui com o Luiz*". "*Pode vir aqui na Liderança para a gente trocar uma ideia?*" Foi esse o termo que o senhor utilizou. O senhor se recorda disso?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Não, Sr. Deputado. Na verdade, o senhor se recorda que a nossa sala tinha livre acesso para V.Exa., que era um Vice-Líder, e para qualquer outro dos Parlamentares, 53. Nós sempre



procuramos exercer na Liderança esse papel democrático. E, na verdade, se o senhor acompanhar a minha vida toda, seja lá fora, na vida policial, como o senhor, que também exerceu essa atividade, ou no Parlamento, a minha conduta é a mesma, é semelhante. A questão da emoção das falas é típico, né? Desculpe-me, mas eu não tenho como mudar a minha personalidade neste momento...

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Não fiz crítica. Não fiz crítica ao senhor, não.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Desculpe-me se não agrado o senhor ou se houve alguns embaraços.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Não, não, não.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Mas é da minha personalidade. Desculpe-me se não agrado o senhor ou algumas pessoas, mas a minha vida toda foi dessa forma. E foi dessa forma que Deus permitiu eu ser, duas vezes, o Deputado mais votado da história de Goiás. Obrigado.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Perfeito. Não, Deputado, não fiz uma crítica, não. Estou dizendo que eu compreendo perfeitamente, porque também sou assim. Foi isso o que eu quis dizer.

O senhor me ligou naquele momento, em que foi feita uma reunião repentina, falando, a despeito de algumas coisas do partido.

Respondendo a questão do meu advogado, o Dr. Jean, eu realmente já fui punido *interna corporis* pelo partido com 12 meses de suspensão partidária — na ata, diz exatamente isso —, por ter gravado uma conversa, coisa que não fiz, até porque, e já esclareci isso aqui, recebi essa conversa de terceiros.

Outro ponto importante é que se configura crime uma interceptação telefônica ilegal. O senhor, como delegado, sabe disso muito bem. O Presidente que agora assumiu o Conselho, como promotor, também o sabe e sabe que se tornaria ilegal essa escuta. Mas gravação não é tipificada como crime. Eu estou dizendo isso até para quem o fez e me entregou. Gravação não é crime e só se torna de fato perigosa quando, na gravação, algo de sigiloso — o senhor disse que a reunião era sigilosa,



e não era — é, então, externado. Alguma coisa sigilosa foi externada nessa gravação, Deputado?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Foram assuntos de interesse do Governo. As expressões que nós usamos são expressões internas. Foi um diálogo unicamente de interesse partidário, que implicava naquele momento, V.Exa. deve se recordar, unicamente os interesses do País, da liderança do PSL. O senhor sabia da importância. Não estamos aqui discutindo o crime. Nós estamos discutindo a quebra de decoro parlamentar de V.Exa. V.Exa. trabalhou na polícia. Se o senhor tivesse participado de uma reunião na polícia com um grupo de colegas, ou em qualquer outro espaço, e o senhor os gravasse, a punição seria a mesma. O senhor deu resposta ao advogado de que teria sido punido, mas o senhor tem que entender que isso daí foi na esfera partidária, não se trata da esfera política. O que nós estamos tratando aqui, acho que V.Exa. deve entender... Nós temos esferas diferentes, eu expliquei isso na parte inicial. E um detalhe, V.Exa... Neste momento, é a primeira vez que eu o ouço falar isso, considerando que, na época, na imprensa, o senhor confessou em vários momentos que teria feito a gravação. Se essa gravação não foi feita por V.Exa., então o senhor tem que apontar quem fez a gravação, porque o senhor participou, no dia anterior, do planejamento dessa conduta no Palácio. O senhor nega essa conduta, que no dia anterior o senhor esteve no Palácio, com o Presidente da República, e planejaram, e articularam essa situação? Então, o senhor tem que apontar quem gravou, quem foram as pessoas que participaram desse conluio para me derrubar da Liderança. Eu acho que é muito fácil... Se o senhor não é o responsável por essa conduta, o senhor tem que trazer o Parlamentar, porque não havia outras pessoas na sala. O senhor tem que apontar um nome, quem foi essa pessoa que levou ao Palácio... Repito: foi uma conduta que vocês tomaram, uma decisão que vocês tomaram no dia anterior. Os senhores sabem... Uma das especialidades do senhor foi sempre fazer gravação. Eu admiro isso no senhor, como ex-policial e hoje Parlamentar, a gente sabe dessa especialidade do senhor.



O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Deputado, com todo o respeito ao senhor, agora as perguntas são direcionadas a V.Exa., não são à minha pessoa.

Vamos lá, vou tentar refazer a pergunta. Dentro do teor da gravação — e depois eu até respondo os questionamentos, por vênia ao senhor —, algo de sigiloso e tão importante para o País, como o senhor afirmou aqui mais de três vezes, foi publicizado? Ou houve, naquela reunião, algo de relevância para o País? E outro ponto: a relevância do País...

Como o meu advogado perguntou se é tomada a Liderança dentro do partido ou se intervém a Câmara dos Deputados... V.Exa. disse que a Mesa interfere. Não, a Mesa não interfere. O partido indica a Liderança, e a Mesa simplesmente notifica, e acabou. Ela não pode falar: *"Não, não quero esse Líder no partido."* O senhor conhece bem o Regimento e sabe que assim funciona. A Mesa, ela simplesmente endossa aquilo que o partido deliberou, seja por votação, seja por aclamação.

Então, retorno à pergunta: algo de sigiloso nessa gravação foi veiculado em qualquer... Refiro-me a algo sigiloso e que poderia trazer algum tipo de atrito ou derrocada política, de fato. Não estou dizendo de discussões, porque eu me lembro do teor da gravação. O teor da gravação à qual eu tive acesso simplesmente mostra o senhor muito apaixonado. Alguns outros Deputados: Dayane Pimentel, Heitor Freire, Delegado Marcelo, delegado — eu esqueci o nome do Deputado aqui do Rio —, Loester Trutis, Luiz Lima... O Deputado Luiz Lima chegou comigo e é testemunha também, para que diga que V.Exa. me ligou na hora. Nessa reunião, vazou alguma coisa sigilosa?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Vazaram tanto informações... Era um diálogo interno de construção da Liderança. Essa divulgação pelo senhor ou por outro Parlamentar que o senhor possa indicar na continuidade...

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Não. Não foi...

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - É um direito do senhor fazê-lo ou não. Vocês me destruíram politicamente, não só a mim, mas a outros Parlamentares que se manifestaram. Eu sugiro ao Relator que convoque o Felipe



Francischini ou a Deputada Dayane, para ver a destruição, nobre Presidente, a destruição nossa política, naquele momento, nas redes sociais. Eu sou um Parlamentar que tenho 700 mil seguidores no Facebook, mais de 150 no Instagram. Minhas redes foram invadidas. E prejudicaram não só a mim e aos outros Parlamentares que estavam ali naquele momento, nobre Relator, Sr. Presidente e demais Parlamentares, porque eu deixei de receber... Eu, não, o povo de Goiás, nobre Presidente, deixou de receber 46 — isso daí! — milhões de emendas, que neste momento poderiam estar salvando vidas. Pergunta para o Felipe Francischini quanto ele deixou de receber, à Dayane e a outros Parlamentares que naquele momento se posicionaram ao meu lado! Houve uma clara perseguição naquele momento e até hoje. Eu não sou recebido por nenhum Ministro. Faz 4 meses que eu estou tentando... Na verdade, vocês, o senhor, com essa gravação, e as pessoas que fizeram esse conluio tentaram me destruir politicamente, e conseguiram, em boa parte. Mas, como eu sou um cara de ética, de verdade, de moral, de conduta, que estou no Parlamento pelo meu trabalho, pela minha conduta, consegui superar esse momento. Basta, nobre Relator, buscar minhas redes sociais — eu dou amplo acesso a elas — para ver quantas ofensas eu sofri. Vi "traidor", vi... Eu vou... São poucas... Houve um linchamento. Sr. Presidente, houve um linchamento em relação à minha pessoa. Depois da divulgação daquelas gravações, que eram algo interno, algo sigiloso, eu fui destruído não apenas nas redes sociais, aqui em Goiás, em programas de TV, em rádios, em jornais. Basta buscar essas informações. Se for necessário, eu tenho como demonstrar também. E basta buscar, Sr. Relator, a execução orçamentária. Basta buscar a execução orçamentária. Na época — eu não sei se o nosso Presidente neste momento era o Líder do PSDB —, nós tínhamos um compromisso. O Governo fez um compromisso ético, moral conosco, na aprovação da reforma da Previdência, de destinação de recursos, e ela não aconteceu. Por quê? Em razão do vazamento, em razão da gravação que V.Exa. fez e do vazamento que aconteceu.



O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Deputado... Presidente!
Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Pois não, Deputado.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Presidente, eu posso continuar com as questões? Eu posso continuar com as questões aqui que eu ainda tenho?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - É evidente.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Perfeito.

Deputado Waldir, pela terceira vez...

O senhor está entrando em emendas parlamentares. O senhor mencionou que eu tenho cargos. Eu quero esclarecer aqui para o Brasil inteiro que eu não tenho nenhum cargo de indicação no Governo Federal — isso está aberto para qualquer um saber — e nunca fui até o Presidente para solicitar cargos ou emendas.

Claro, há as emendas que nós, de direito, enquanto Parlamentares, podemos destinar aos Estados, que são as emendas impositivas. O Deputado Alexandre Leite, que é o Relator, bem como o Deputado Waldir ou qualquer outro presente, inclusive o Presidente da Comissão neste momento, conhecem muito bem como funciona o emendamento parlamentar. Eu não preciso explicá-lo a ninguém aqui, tampouco ao Deputado Waldir, que tem um mandato a mais do que eu — estou no meu primeiro mandato.

Então, eu não tenho nenhum cargo, não busquei nenhuma vantagem, tampouco estive no dia anterior no Planalto, porque nada disso foi planejado, nada foi premeditado. O senhor me ligou no momento da reunião. O senhor disse que tem compromisso com a verdade. E o Presidente aqui do Conselho disse que, enquanto Parlamentares, nós já temos obrigação de dizer a verdade.

Aí vem a questão Presidente, ao senhor que agora preside (*falha na transmissão*).

Só um segundo. Há uma ligação aqui. Então... Está me ouvindo? (*Pausa.*)
Presidente, o senhor me ouve?



O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Agora te ouço.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Obrigado. O senhor disse, e foi muito feliz na fala, que quem acusa já é infeliz por natureza. Na verdade, eu estou sendo acusado de vários crimes aqui, e eu posso supor que os que acusam são infelizes, na verdade, então, já que acusam sem provar nada. Até agora, ninguém provou nada, tampouco respondeu objetivamente a minha questão.

Estão dizendo que eu tenho cargos e favorecimentos no Governo. Não, não tenho nenhum. Nunca fui ao Presidente, embora eu possa ligar para ele aqui, neste momento, e com certeza ele me atenderá. Nunca pedi nenhum tipo de favorecimento.

Outro ponto: nunca pedi emendas a mais. Busquei as emendas que por direito são destinadas ao Estado. E não destinei muita emenda, não, porque não tive muita emenda também. Isso também é fácil buscar na Secretaria, na Casa Civil e na SEGOV.

Outro ponto: o Deputado Delegado Waldir ainda não me respondeu. Ele fala tanto que o que foi divulgado é muito sigiloso e atrapalhou todo o Brasil. Dentro da reunião, e eu vou ser obrigado... Até baixei aqui a reunião, a gravação, na Internet. Eu posso colocá-la aqui ao vivo para ver se há alguma coisa sigilosa, para refrescar a memória do Deputado.

Deputado, eu pergunto mais uma vez: vazou alguma coisa sigilosa que comprometeu a ordem política do Brasil?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Sim, vazaram várias informações sigilosas. Vou repetir para o senhor, acho que o senhor não ouviu. Vazaram várias informações que causaram a minha — eu vou repetir para o senhor novamente — destruição política, a não chegada de recursos para mim e para vários Parlamentares, para vários Parlamentares que participaram daquela reunião. O.k.? Deixaram de receber recursos em razão do vazamento das informações. Eu lembro a V.Exa. novamente... Deixe eu lembrar novamente... O que o senhor fala



da questão da minha ligação ou não para o senhor, isso aí é algo indiferente. Não... Isso aí é indiferente na...

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Não é indiferente. O senhor me desculpe.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Isso daí...

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - O senhor disse que eu premeditei...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Deputado Daniel, por favor, não interrompa a testemunha enquanto ela estiver falando.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Desculpe, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Por favor, Deputado Delegado Waldir.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Eu já posso falar, Sr. Presidente? Eu já posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Pode.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - É indiferente, Sr. Relator, se ele ligou ou não ligou para mim. A gente falava com os Parlamentares o tempo todo. Era um momento de articulação, era um momento de articulação pela busca da Liderança do PSL, que tinha muita importância. Outro detalhe que eu já lembrei ao advogado... Eu não sei se o investigado acompanhou o advogado. Falei várias vezes para ele... Nós não estamos tratando de conduta criminal aqui, nós estamos tratando de uma conduta ética, uma conduta vergonhosa, uma conduta absurda de um Parlamentar que, numa reunião sigilosa dentro do Parlamento, em busca de vantagens, gravou seus colegas, tornou isso público na imprensa e destruiu a moral e a vida de vários Parlamentares. É disso que nós estamos tratando, é essa conduta. Esqueçam! Aqui... Eu sei que o Presidente é promotor, eu sou delegado, outros Parlamentares são advogados, temos, acho, pessoas da Polícia Militar. Nós não estamos tratando disso aqui. Aqui é a conduta ética, a quebra de decoro parlamentar... Mais uma vez lembro isso.



O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Perfeito. Deputado, o senhor se recorda que o Deputado Felício Laterça afirmou, no início, na inquirição dele, que ele estaria presente à sala. O senhor se recorda disso?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Sr. Deputado, por determinação e por... Para cumprir os requisitos, eu não participei... Eu só tomei conhecimento da oitiva do Deputado Felício, mas eu não participei da audiência, seguindo orientação do Presidente. Então, eu não tenho conhecimento de nenhum fato que foi relatado pelo Deputado Felício Laterça, considerando que eu não participei, eu não estava logado, em razão da orientação do Presidente da Comissão.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Perfeito.

O senhor me ouve, Deputado?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Sim, senhor.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Vamos lá!

Sim, o Deputado Felício Laterça disse que estava... O senhor disse que teve uma reunião, e essa reunião foi na sala do Líder. Não foi isso o que o senhor disse?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Sim, senhor.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Então, eu diria aqui a palavra, já, para que o Relator ouça com atenção: há conduta de má-fé do Deputado Felício Laterça, pois ele disse que estava na reunião e colocou até que estávamos sentados à mesa da antessala da Liderança. Colocou até as disposições das cadeiras, dizendo que o Deputado Waldir estava sentado à cabeceira, e eu, um pouco mais ao centro da mesa. Então, o senhor já pode ver que ele estava mentindo. Ele não estava presente, eu tenho certeza. Eu sei quem estava presente. Eu fui chamado imediatamente naquele momento, enquanto dentro do Parlamento ainda. O próprio Deputado Waldir me ligou. Então, eu quero que o Relator tome ciência disso, do que aconteceu. Ele disse que estava na sala, sentado à mesa, com o Líder à cabeceira. A reunião foi dentro da sala de Liderança, a portas abertas, com alguns Deputados. Eu quero deixar isso registrado nos Anais da Casa oficiais



para que as pessoas possam ver com os próprios olhos e ouvir uma mentira pública, já que o compromisso é com a verdade.

Deputado Waldir, o senhor disse que vazaram conversas, nessa gravação, que macularam a honra do senhor e a imagem de outros Parlamentares. Macularam com o nome de corrupção, ou com o nome de extravio de verba pública, ou com qualquer coisa de dano ao patrimônio público?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Houve uma destruição da minha honra. Muitas pessoas morreram em Goiás e em outros Estados em razão da conduta que o senhor tomou, certo? Por que essas pessoas morreram? Porque os recursos que eu receberia da União seriam destinados para a compra de respiradores nos hospitais aqui em Goiás, seriam destinados às escolas, seriam destinados à segurança pública. Infelizmente, em razão da conduta do senhor ou de alguém que o senhor vai apontar que fez a gravação e a divulgou para a imprensa, essas pessoas não tiveram acesso a esses recursos. E essas pessoas, não tendo acesso a esses recursos... Prefeitos e Vereadores não tiveram recursos. Muitas pessoas morreram em razão dessa conduta. Os ataques... Eu não vou lembrar o detalhe dos ataques, mas é só buscar nas minhas redes sociais. Abro o sigilo. Sr. Relator, abro o meu sigilo telefônico — inclusive, fui atacado pelo telefone também. Abro o meu sigilo telefônico e o das minhas redes sociais para que vocês tenham total acesso ao que eu estou falando, a essa conduta e também à execução do Orçamento. Lembro ao nobre Deputado que, além das emendas regulares que ele tinha, ele também tinha direito, em razão da reforma da Previdência, a um valor de 20 milhões, que eram referentes à votação da reforma da Previdência. Eu acho que ele vai poder se recordar disso. Se ele não tiver, eu tenho a planilha guardada com o valor que seria destinado a ele. E teria outros 3 ou 6 milhões referentes à CMO, se não me engano. Em relação a essa reunião que V.Exa. mencionou também, à presença do Deputado Delegado Felício Laterça, eu disse que não lembro o nome de todas as pessoas que estavam na reunião. Havia outras três pessoas, e aí poderá o Relator trazer... Não sei se isso tem importância ou não.



Então, não me lembro da presença de outras pessoas e não lembro a posição. Eu digo que essa reunião onde aconteceu a gravação aconteceu na sala da Liderança, o.k.? — na sala da Liderança —, e eu não lembro a posição de cada um. Eu lembro apenas que eu estava sentado e lembro, sim, que... que V.Exa. e o Deputado Luiz Lima permaneceram em pé, não é? Então, eu só... Eu tenho uma mera recordação... Já passei dos 50 anos, então já não tenho uma memória tão boa como antigamente.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Perfeito, Deputado. Então, deixa eu recordar bem: o senhor estava sentado ao lado do Luiz Lima e do Loester Trutis. À minha frente, encontrava-se Felipe Francischini, Julian Lemos, Dayane dos Santos. Eu posso falar cada um que estava lá. Eram mais de oito pessoas naquela sala e chegando mais, assim que o senhor chamou, porque o senhor chamou todos de última hora. O Deputado Laterça, ele afirmou que foi na antessala do Líder do partido, que é aquela sala com a mesa maior, onde é servido ali o lanche. E ele colocou, inclusive, em depoimento aqui, jurando... não jurando a verdade, pois foi dispensado, pois já tem o compromisso por ser Parlamentar — segundo palavras do próprio Presidente do Conselho. E ele nos colocou, inclusive, em disposições naquela mesa preta grande que o senhor conhece bem, das reuniões. Ele disse que o senhor estava sentado à cabeceira, e nós ali entre o meio da mesa até o final. E o senhor acabou de afirmar, como eu afirmo também, que foi dentro da sala do Líder. Não é isso?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - É. Nós tivemos uma primeira reunião onde a gravação aconteceu, que foi... que foi na sala da Liderança. Ao lado... ao lado havia uma outra sala grande, onde realmente era servido o lanche, que depois houve uma reunião com vários Parlamentares. Mas essa reunião onde aconteceu a gravação, a minha recordação, aconteceu na sala da Liderança, que, naquele momento, eu ocupava a Liderança. Também, onde tinha acesso a poucos Parlamentares, (*ininteligível*) participação apenas dos Parlamentares.



O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Sim. E... só para esclarecer — todos os brasileiros estão assistindo —, o emendamento que o senhor mesmo destinou, inclusive, aqueles extraorçamentários de 20 milhões, eu não recebi um centavo dele. Eu só busquei a emenda impositiva mesmo. Não tive qualquer acesso, e muitos Parlamentares, assim como o senhor também, não tiveram. E o senhor tampouco poderia acusar a qualquer um que aquela gravação, àquela época... Ninguém aqui é clarividente para saber que existiria uma pandemia 1 ano e meio depois, para depois dizer que as pessoas morreram por causa desse ato. Agora temos aqui em debate os atos de supostos extravios de verba nos 5.568 Municípios do Brasil, levando em consideração aí Fernando de Noronha e o Distrito Federal, que também são contados pelo IBGE como Municípios. Estão sendo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Deputado Daniel Silveira... Deputado Daniel Silveira...

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Tenho que concluir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Eu peço licença a V.Exa.

Nós estamos num momento de inquirição da testemunha. V.Exa. terá condições de fazer a sua defesa. O seu advogado está presente.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Estou concluindo a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Eu só preciso concluir, Deputado Daniel Silveira.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Está bem. Então, vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Peço a V.Exa. que, por gentileza, formule a pergunta e não faça ilações sobre o seu comportamento ou o de terceiros, porque não é o momento para fazermos isso. Eu entendo que o senhor queira se defender, mas não é este o momento. Nós estamos num momento de inquirição, por gentileza.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Perfeito.



Presidente, eu posso pedir a mesma régua na hora que começarem a me acusar com ilações também? Que eu só responda objetivamente a pergunta sem rodeios?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Deputado Daniel Silveira, por parte desta Presidência, sempre vai ter o mesmo tratamento equidistante, equilibrado...

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Sim, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Apenas para fazer referência a uma frase de V.Exa., eu não disse que é infeliz quem acusa, eu disse que é infeliz quem nasce com o dom de acusar.

Então, pode ter certeza absoluta de que eu, como Presidente, e particularmente o Deputado Paulo Azi, que preside, agiremos sempre usando a mesma régua e com a mesma distinção que todos nossos Deputados merecem.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Presidente, só pra esclarecer, eu não critiquei o senhor de maneira alguma. Eu só disse que, quando começarem também a rodear demais na pergunta, que sejam mais objetivos... para o senhor aplicar essa mesma régua. Eu não estou dizendo que o senhor é parcial ou não. Não foi isso que eu quis dizer, só para o senhor saber.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - V.Exa. concluiu as inquirições?

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Não, agora questionando aqui.

Deputado, o senhor tem como provar, ou como nos mostrar, que esse emendamento, que o senhor falou que tínhamos acordos e tudo mais, que elas ocorreram de fato com esse fito e que o senhor de fato teve a honra imaculada e não recebeu nenhum centavo das emendas parlamentares? O senhor afirma isso?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Eu coloquei a liberdade da minha execução orçamentária, que eu tenho a liberdade da minha execução orçamentária. Só lembrar ao senhor, e o senhor deve saber isso, deve ter uma excelente assessoria parlamentar, normalmente as emendas que são destinadas



em 1 ano, elas são executadas no ano seguinte. Esses fatos aconteceram no final de 2019, que a gente teria que receber essas emendas em 2020. Em 2020 foi quando iniciou a pandemia. Então, só para esclarecer ao senhor, né? É que realmente (*ininteligível*) causaram uma grande dificuldade e ainda causam uma grande dificuldade não apenas a mim, mas a outros Parlamentares que foram punidos em razão daquela reunião. Até aquele momento, Sr. Relator, e o Parlamentar acho que vai concordar comigo, nós tínhamos uma convivência extremamente harmoniosa, salvo uma ou outra briga, o que é normal, um ou outro debate que tinha nas redes sociais de um outro Parlamentar. Até aquele momento, nós tínhamos uma completa harmonia. Foi o início da fala do Presidente da República, na frente do Palácio, para uma pessoa que queria ser candidato a Vereador de Recife que começou toda essa tempestade. E depois eu saí em defesa do Presidente do partido, outros Parlamentares em defesa do Presidente, e houve essa grande divisão: água e óleo. Mas até então, nós tínhamos uma convivência espetacular.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Deputado Waldir, eu peço desculpas pela interrupção, mas a pergunta foi muito objetiva sobre se o senhor tem como comprovar ou não que não houve a execução orçamentária feita ao senhor pelo (*ininteligível*).

Se V.Exa. puder se ater à resposta, eu agradeço.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Eu já respondi, Presidente. Eu disse que está aberta a minha... essa execução orçamentária para a Comissão. Eu já respondi logo no início. Depois eu só fiz alguns esclarecimentos em relação a questionamentos que o investigado colocou. Eu teria que responder, porque senão ia ficar valendo a verdade dele. Então, eu fiz um contraponto às acusações que ele colocou. Mas eu respondi logo de início que minha execução orçamentária está à disposição desta Comissão, e eu acredito que de todos os demais Parlamentares que estavam naquela sala.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Perfeito.



Por gentileza, Deputado Daniel Silveira.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Presidente, uma última questão e eu fecho. É a última questão e eu fecho.

Posso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Pois não.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Deputado Waldir, o senhor afirma aqui na gravação... Mais uma vez eu ratifico aqui: não fui eu quem gravou, eu recebi, assim como mais dois Parlamentares, o Filipe Barros e o Carlos Jordy. Dentro dessa gravação, não tem nada de sigiloso. O senhor quer que eu coloque a gravação aqui, ao vivo, agora? Não? Não precisa, né?

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Fica a seu critério. Pode colocar. O senhor vai... se o senhor quiser colocar, eu estou à disposição, não é decisão minha...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Desculpem-me, nós estamos no momento de inquirição. Não cabe a colocação de nenhum áudio neste momento.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Não, tudo bem, tudo bem, perfeito. Presidente, entendi. Então, questionando aqui.

Todo o teor — e vai ser entregue a essa Presidência e também ao Relator — não tem nada de sigiloso. Somente a fala do Deputado, onde ele fala que gravou o Presidente (*ininteligível*) tem a gravação e (*ininteligível*) disso. (*Ininteligível*) também está ali no teor. O senhor fala sobre crime e quebra de decoro. O senhor vê que uma gravação ao Presidente é uma quebra de decoro. Por que também o senhor não julga isso? E por que o senhor acha que eu devo ir ao Conselho de Ética? Por que o senhor não foi representado pelo partido ou por mim? Sabe por quê? Porque eu acho que o senhor não o fez no momento de querer causar dano. E, se o senhor realmente acredita que eu tenha mais gravações, por que nenhuma dessas gravações — o que é uma grande mentira — veio a público, já que eu tinha algum interesse escuso ou favorecimento pessoal? É a última pergunta.



O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Nobre Parlamentar, Comissão, eu quero só esclarecer... eu quero só esclarecer a V.Exa. que eu não fiz nenhuma gravação. Então, caso o senhor tenha alguma prova disso, eu estou à disposição. Eu não fiz nenhuma gravação, o.k.? Quem fez gravação foram outras pessoas, devidamente... Pelo que consta nos autos, a gravação foi aquela que V.Exa. realizou. É a que eu tenho conhecimento. E, depois, uma... é... é... um Parlamentar que teria gravado o Presidente da República. Mas cabe... cabe... cabia, na época, à AGU ou ao Presidente da República, talvez ao advogado particular, ao partido, a qualquer uma das pessoas fazer a investigação ou apurar a conduta. Não cabe a mim... Eu como... Não é papel do Líder — naquela época eu estava Líder — , não era meu papel fazer qualquer dessa apuração. As apurações... as condutas competentes a ser apuradas foram trazidas ao Conselho de Ética, ao partido, nas esferas competentes — só deixar isso claro. E cabia ao Palácio, se entendesse que o Presidente foi gravado, buscar isso através da AGU, através de advogado próprio.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - A questão não é essa. A pergunta que eu queria fechar é justamente esta: se eu tenho tantas gravações, como o senhor afirmou também — e para benefício próprio, buscar vantagem indevida, como o senhor e o Laterça afirmaram —, por que nenhuma dessas gravações vieram à tona, então? Qual é a prova que o senhor tem? É isso que eu queria lhe perguntar.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - O senhor quer saber de que tipo de gravação? De vídeo ou de áudio?

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Qualquer gravação.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Qualquer gravação? O senhor, pessoalmente, mostrou para mim e para outros Parlamentares, várias vezes, gravações de vídeo. Nem vou dizer o teor das gravações, porque eu acho que não vem ao caso. V.Exa. mesmo deve recordar que, pessoalmente, o senhor mostrou para nós várias gravações... Não vou nem tratar do assunto, porque eu acho que não é a conduta que nós temos... Nós temos que apurar isso aqui.



O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Eu também tenho liberdade para falar do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - É, é, mas eu acho que não é um assunto... Mas V.Exa. deve se recordar de quantos vídeos V.Exa. mostrou para nós. Em relação às gravações de áudio, aconteceu essa que V.Exa. mesmo confessou a toda a imprensa que fez, se vangloriou, colheu os frutos nas redes sociais. Foi tratado como herói; eu como vilão, eu e outros Parlamentares como vilões, principalmente eu como vilão. O senhor saiu como herói naquele momento. Hoje, o senhor nega... hoje, o senhor nega a gravação. Cabe... Eu não tenho aparelho de escuta. Eu não tenho o papel de investigador neste momento. Meu papel é meramente de Parlamentar. Então, o senhor aguarde o momento certo, que deve ser apurado pelas esferas competentes. Espero ter respondido a V.Exa.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Bloco/PSL - RJ) - Perfeitamente.

Presidente, obrigado.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Pois não.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Considerando que a fala ainda continua com a defesa, eu me permitiria...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Não, permita-me aqui, Dr. Jean. O senhor teve o seu momento de inquirição, e depois passou para o Daniel o momento de inquirição. Nós não podemos tornar este momento um momento sem fim. O senhor terminou a sua inquirição. Ele terminou a inquirição dele. Quem tem a palavra a qualquer momento é o Relator. Então, nós encerramos as inquirições.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Então, eu quero fazer o uso final da palavra (*ininteligível*).

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Sr. Presidente, então, considerando a negativa da minha fala — o Presidente que o antecedeu falou que me garantiria a palavra a qualquer momento —, eu gostaria de, se me permitir, com analogia ao



Judiciário, que fosse feita pelo Deputado Alexandre Leite uma pergunta — como pergunta do juiz ou do Relator. Se o Deputado pudesse respondê-la... Qual a matéria de fundo que era tratada nessa reunião e qual a relevância dela para a Casa? E ele falou, várias vezes, que a honra objetiva dele foi aviltada, e esta não seria a esfera necessária para isso. Se houver a possibilidade da resposta disso diretamente à perquirição ou através do Deputado Alexandre Leite, eu agradeceria, em homenagem ao princípio da ampla defesa.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Ele já respondeu a essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Se me permite, ele respondeu a essa pergunta não uma vez, mas dez vezes. Talvez não a tenha respondido no formato em que o senhor gostaria de ouvi-la...

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Perfeito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Mas ela foi feita e, depois, reproduzida pelo representado.

Eu passo a palavra ao Relator, para finalizar...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Presidente, antes do Relator, o Deputado Ivan Valente pede a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Deputado Ivan Valente, pois não.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Presidente, eu pude ouvir uma boa parte dos depoimentos e eu queria que V.Exa. me informasse, na presidência dos trabalhos, qual vai ser a sequência deste caso.

Neste momento, nós ouvimos dois Parlamentares: um como testemunha e outro não como testemunha, mas como uma pessoa que estava na cabeça da representação contra o Deputado Silveira.

Então, sinceramente, eu olhando aqui, Presidente Carlos Sampaio — V.Exa. é um promotor, o Deputado Paulo Azi é um Deputado experiente também —, eu



queria fazer algumas considerações sobre a forma como está sendo feito o debate. Eu acho que... O advogado fala no momento certo, e faz inquirições. Ele não fica debatendo com Parlamentar. Eu desconheço isso, nos meus seis mandatos aqui, com alguma experiência no Conselho de Ética também — V.Exa. sabe disso. Então, virou uma conversa meio esquisita.

Em segundo lugar, o próprio acusado virou um inquiridor. Então, com todo o respeito ao direito de defesa, a metodologia de se fazer isso me parece que está um pouco violada, Presidente. O próprio Relator, em muitos momentos, eu achei que foi praticamente intimidado. Então, nós temos que estabelecer outro padrão nesta discussão.

Eu sei que este caso, em especial, tem uma peculiaridade, que é *interna corporis*, partidária, com muitos problemas. Eu queria destacar inclusive, Presidente, que o que foi dito aí é de uma imensa gravidade. Então, primeiro, temos que separar o que é esfera cível, penal, criminal, etc. do que é quebra de decoro parlamentar. Temos que separar essas coisas e ver onde está a quebra de decoro. Isso nós vamos ver com as atitudes que foram tomadas, o que for provado, e assim por diante.

Mas eu queria destacar duas coisas que eu acho que dão relevo. Não é fácil... Inclusive, no depoimento do Deputado Delegado Waldir, a quem respeito... Nós trabalhamos juntos na CPI da PETROBRAS, inclusive começamos como adversários duros, mas depois estivemos do mesmo lado. Até quero destacar a pergunta do Deputado Delegado Waldir ao Deputado Eduardo Cunha que o colocou numa sinuca de bico. Eu também era inquiridor na CPI da PETROBRAS e sei que ele tem valor. Agora, neste caso, ele colocou questões que precisariam ser investigadas por outras questões, por exemplo, dizer que nós tínhamos... Cada Parlamentar tem direito a 15 milhões de reais, todo o excesso que passar daí... E eu tenho certeza de que o Presidente da República praticou compra de votos, porque Líderes e pessoas mais aquinhoadas que estiveram à frente da votação da reforma da Previdência, em especial, ganharam recursos fabulosos: chegam a 60



milhões de reais, 80 milhões de reais. Isso garante a reeleição de Deputado. Então essa é uma coisa que precisa ser investigada por fora. Eu queria destacar essa parte, Deputado Carlos Sampaio. Eu queria que se destacasse essa questão, que é muito grave.

E a segunda questão que me chamou muito a atenção é a questão de como é que o bombardeio pelos meios das redes sociais... No caso do Deputado Delegado Waldir, ele era do mesmo campo político, então, digamos assim, o eleitorado dele era o mesmo. Agora, eu pergunto o seguinte. Essas máquinas, robôs e *bots*, de difamações, etc., também precisam ser investigadas. E não é a primeira vez, a Deputada Joice Hasselmann fez a mesma... na CPI das Fake News, etc. E quem está atrás disso é o "gabinete do ódio".

Eu acho que esse depoimento, que parece um conflito interno dentro de uma agremiação, traz elementos novos, que eu acho que o Conselho de Ética deveria registrar, e nós deveríamos ir atrás da repercussão desse tipo de coisa. E eu quero crer que não é papel, parece-me, de nenhum cidadão, de nenhum Parlamentar, fazer gravações de pessoas que estão inclusive no mesmo coletivo. Então essa é uma questão que precisa ser provada. Eu sou totalmente favorável, independentemente de ser adversário político ou não, a que haja provas materiais que sejam contundentes para a efetivação de um relatório no Conselho de Ética.

Então, eu queria deixar essas considerações, Presidente, e, sempre respeitosamente com V.Exa., numa longa tradição que temos na Casa, parabenizá-lo pela condução dos trabalhos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Deputado Ivan Valente, aqui ficam os seus registros, tanto em relação à questão das emendas, que realmente não estava nem no escopo deste processo de investigação que acontece no Conselho de Ética, quanto em relação à ponderação feita por V.Exa. sobre esses robôs, que, obviamente, têm uma conduta deplorável, que deverá



merecer toda a atenção, eu diria, não do Conselho, mas da Mesa Diretora da Casa, para que tomemos medidas com relação a isso.

Eu pergunto se há mais alguém interessado em fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Por favor, Relator.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Presidente, quero finalizar com...

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Presidente, só a título de curiosidade, eu estou inscrita, não é, para inquirir a segunda testemunha?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Deputada Alê Silva, eu confesso que não sei. Eu estou fora da Comissão, estou substituindo... Perdoe-me, tenho que perguntar ao corpo técnico se há a inscrição da Deputada.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PSL - RJ) - Ela está inscrita, é a primeira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - É a primeira inscrita. Então, eu vou...

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Então, eu vou aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Depois do Relator, eu já passo a palavra para V.Exa.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Primeiro, quero agradecer a deferência do Deputado Ivan Valente e dizer-lhe que fique tranquilo, pois não me deixo intimidar por ninguém.

Deputado Delegado Waldir, parece-me, pelas versões contadas pelo Deputado Felício Laterça e pelo Deputado Daniel, que houve uma reunião nesse mesmo dia. Pelo que se entende até agora do que foi dito, foi marcada essa reunião com os Deputados e me parece que essa reunião tomou tamanho, outros Deputados foram chegando, e mudou de sala. Houve uma reunião? Ela se transformou em duas reuniões? Como é que se deu isso? Ficou a impressão de que não se falava, em algum momento, da mesma reunião, em dois ambientes diferentes. Eu queria saber de V.Exa. se foi uma única reunião, em qual das duas



salas, se foi na antessala ou na sala grande, ou se houve essas duas reuniões de fato. Isso não está claro nas falas de nenhum dos senhores. Ficou um pouco turvo.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Sr. Relator, para entender, seria importante depois o senhor pedir, inclusive — é a sugestão que eu estou trazendo —, à Presidência da Casa o croqui da Liderança do PSL. São duas salas anexas: a sala da Liderança fica ao final do corredor, anexa ao banheiro, e a sala onde a gente servia lanches, em reuniões maiores, porque é uma bancada grande, de 53 Parlamentares, fica anexa. São duas salas, uma anexa à outra, com apenas uma porta de divisória. Essas divisórias... Aconteceu uma primeira reunião, onde teria acontecido a gravação, onde aconteceu a gravação, e havia uma sala ao lado, onde houve uma primeira reunião e uma segunda reunião. Naquele momento da disputa pela Liderança, Sr. Relator, eram muitas as reuniões, e era uma reunião atrás da outra, para se tentar dialogar e chegar a um acordo em relação à Liderança. Finalizada a pergunta — eu acho que devo ter esclarecido V.Exa. —, eu queria só trazer, se V.Exa. me permite... A folhas 8 da defesa do nobre Parlamentar, a folhas 8 da defesa do nobre Parlamentar, aqui, em alguns momentos, ele e o advogado disseram que ele não gravou. Ele mesmo, a folhas 8, assume que fez a gravação e que manteve a gravação, exclusivamente, restrita à defesa dos legítimos interesses do Presidente da República. Está a folhas 8 da defesa do nobre Parlamentar — só para poder lembrar; eu gosto de fazer uma leitura. E outro fato extremamente importante, que talvez responderia às várias perguntas que o advogado e o nobre Parlamentar fizeram para mim: ele nega, ele nega, o Parlamentar nega que levou a público, por meio da imprensa, a divulgação do áudio, mas que terceiros fizeram essa divulgação. Então, ele assume que ele não fez — ele apenas gravou e tomou, ele levou para obter a vantagem que lhe interessava, a subordinação ao Presidente da República —, mas que ele fez através de terceiros. Quem são esses terceiros? Isso está na petição. Não estou criando o fato, estou apenas lembrando que isso está na própria peça de defesa do Parlamentar. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Deputado Alexandre Leite, posso passar a palavra à Deputada Alê Silva, ou o senhor gostaria de fazer mais alguma pergunta? (*Pausa.*)

Por gentileza, Deputada Alê Silva, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Presidente, há necessidade de se esclarecerem alguns fatos aqui suscitados pela testemunha, o Deputado Delegado Waldir.

Com relação a cotas extras, na época da votação da reforma da Previdência, a única pessoa que me chamou num canto para falar sobre alguma coisa de cota extra em razão dessa votação foi o Deputado Delegado Waldir. Na época ele era o Líder do nosso partido. Ele me chamou, lá na Liderança do partido, colocou-me naquela salinha dele e falou que o partido iria exigir do Governo Federal o pagamento de pelo menos 20 milhões de cotas extras para cada Deputado, para votar a favor da reforma da Previdência. Eu falei a ele o seguinte: que eu dispensava porque eu já era base do Governo, que eu não precisaria de cota extra. Aliás, na época, nobre Presidente, eu nem sabia o que era cota extra. Depois é que vieram me dizer o que era e o que estava sendo feito. Então, aquela foi a única vez. A única pessoa, na época, que me falou sobre isso foi a nobre testemunha, o Sr. Deputado Delegado Waldir.

Com relação a conluio de Deputados com o Presidente da República, acordo, combinação para a feitura dessa gravação, ou qualquer outro meio de X-9, sei lá, qualquer coisa parecida, isso jamais existiu. De fato, houve uma reunião lá no Palácio do Planalto, mas a razão dessa reunião foi a seguinte: de repente, do nada, o PSL se revoltou contra o Presidente da República, revoltou-se contra o Governo, começou a atacar a base mais fiel do Presidente junto à Câmara, nós Deputados bolsonaristas.

Eu mesma fui expulsa, fui excluída da Comissão de Finanças e Tributação, ao vivo e a cores, para o Brasil inteiro ver. E, naquele momento em que eu fui excluída da CFT, eu pensei que isso estivesse acontecendo tão somente comigo; porém,



depois eu vi que isso estava acontecendo com todos nós Deputados fiéis ao Presidente, os Deputados bolsonaristas — salvo engano, na época, uns 20 Deputados.

Aí, muito aborrecida, sem saber exatamente o que estava acontecendo, eu recebi um telefonema de um Deputado que dizia que nós íamos ao Palácio do Planalto saber a opinião do Presidente da República a respeito dessa insurreição da Liderança do PSL contra o Governo, porque, inclusive, 1 dia antes — eu não tinha acompanhado bem —, a Liderança, o nobre Deputado Delegado Waldir já tinha orientado o partido a votar contra o Governo. Não lembro qual era a demanda que estava em plenário no dia. Ele orientou votar contra o Governo e queria perseguir os Deputados que votassem contra a orientação do partido.

Então, nós estávamos sendo muito pressionados, estávamos muito preocupados com a condução do partido dentro da Câmara, naquele momento. Havia essa revolta contra o Governo. Sim, nós fomos ao Palácio do Planalto. Nessa reunião, nobre Presidente, o Deputado Daniel Silveira não estava presente, não estava. E, nessa reunião, a única coisa que foi falada foi sobre quem nós iríamos — assinar lá a tal da lista — indicar para ser o novo Líder do partido, uma vez que o Deputado Delegado Waldir não tinha mais condições nem psicológicas para continuar no comando do partido junto à Câmara. E nós, por aclamação, dissemos: “*Queremos Eduardo Bolsonaro*”. Ele não queria. Eduardo Bolsonaro não queria assumir a Liderança do partido, por ser o filho do Presidente da República e por entender que isso poderia comprometer ainda mais o andamento dos trabalhos na Câmara, mas nós dissemos para ele: “*Por favor, assumo*”. O Presidente da República manteve-se isento, neutro, durante toda a discussão, lá na proximidade dele. Ele se manteve neutro, disse que a decisão caberia a nós. E nós, então, passamos uma lista e assinamos indicando Eduardo Bolsonaro para ser o nosso Líder, porque ele era o nome que tinha consenso junto ao nosso grupo.

Nessa reunião, não foi falado nada de cota extra, não foi falado nada de cargo no Governo, não foi falado de nenhum benefício pessoal para qualquer um de nós.



Nós só queríamos, de fato, uma liderança do PSL, que era o nosso partido, que ainda é o nosso partido, uma liderança que estivesse coadunando com as nossas formas de pensar, afinal de contas, fomos eleitos para defender o Governo e nós queríamos continuar defendendo o Governo, e não nos opormos a ele.

Então é isso, Presidente. O depoimento da nobre testemunha está eivado de mentiras e se vê que ele é altamente suspeito, porque demonstrou emoção e coração o tempo inteiro. Não mostrou materialidade nem autoria dos fatos suscitados, inculcados ao representado nesta demanda.

Muito obrigada, Presidente.

Prossigamos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Senhores membros do Conselho, eu percebo que houve ligações, afirmações novas feitas pelo próprio Deputado Delegado Waldir, após a inquirição feita pelo Relator, e também considerações feitas pela Deputada Alê Silva.

Por essa razão, respeitando aqui o amplo direito de defesa, eu retorno a palavra ao Dr. Jean Garcia e indago a ele se gostaria de fazer alguma pergunta, diante de fatos novos que sucederam à oitiva do Relator, e com a própria oitiva do Relator.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Sim, Sr. Presidente. De fato, antes de qualquer situação, eu gostaria de enaltecer a postura do Deputado Ivan Valente, que, a despeito de ter viés ideológico e político divergente do representado, chamou efetivamente o feito à ordem, para que fosse delimitada a matéria em discussão. Ele colocou bem claramente que as questões que estão sendo trazidas aqui em relação à representação são *interna corporis*, mas que as acusações que foram trazidas à baila pelo Deputado Delegado Waldir, essas sim, ganham um corpo muito grande e são sérias, porque se passou por homicídio indireto, uma vez que, pelo recebimento dessas verbas, em detrimento de outros Estados que teriam sido prejudicados com a questão dessa distribuição, pessoas teriam morrido.



Então, existe, sim. E eu pergunto ao Deputado Delegado Waldir qual é a prova efetiva que ele tem sobre essa conduta que ele atribui ao Deputado Daniel Silveira e aos outros Deputados que foram citados por ele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Antes da resposta do Deputado Delegado Waldir, eu cumprimento a todos e peço licença porque vou ter que me ausentar.

Peço que assuma a Presidência o Deputado Júlio Delgado, a quem passo neste momento a coordenação dos trabalhos do Conselho de Ética. Desde já agradeço ao Deputado Júlio Delgado a oportunidade de me substituir neste momento em que preciso me ausentar.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Sr. Presidente, foi um prazer ter trabalhado sob a batuta de V.Exa. E, com certeza, é este o comportamento que se espera de quem preside uma reunião como esta: de equidistância entre as partes e direção esportiva dos trabalhos, o que não poderia ser diferente vindo de uma pessoa que trabalha justamente nos porões, nos corredores e em todo o âmbito do Judiciário. Parabéns ao senhor pela postura, doutor!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Sampaio. Bloco/PSDB - SP) - Muito obrigado, Dr. Jean.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PSL - RJ) - Está desligado o seu microfone, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado. PSB - MG) - Não, ele estava ligado. Está ligado o meu microfone.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado. PSB - MG) - Está dando para ouvir?

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Está. Saúdo V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado. PSB - MG) - Não estou à altura do Deputado Carlos, que estava prosseguindo com a oitiva. Em função desse outro compromisso dele, eu vou tentar cumprir as obrigações do Conselho de Ética, já antecipando e passando a palavra diretamente para o Deputado Delegado Waldir, para que ele possa responder à inquirição do nobre advogado.



O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Sr. Presidente, desejo a V.Exa. excelente condução. Já inicialmente, eu acho que é um pouquinho antiético e imoral uma nobre Parlamentar vir fazer perguntas e vir com ataques. Ela, a Parlamentar, disse que eu não tinha condições psicológicas. O que ela quer dizer com isso? Quais são essas condições psicológicas? Ela é psiquiatra? Ela é psicóloga para poder avaliar isso aí? Eu me proponho a fazer um exame psicológico e, caso eu tenha qualquer alteração, eu renuncio ao meu mandato. E faço este desafio para a Parlamentar que fez a inquirição: que ela faça também um laudo psicológico; e, se for apontada alguma coisa, que ela renuncie ao mandato. Então, eu acho que é muito triste um Parlamentar usar o Conselho de Ética... Este aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator, é o Conselho de Ética. Então, ela vem e faz ataques. Mas, além disso, eu quero... Eu quero avançar, Sr. Presidente, para dizer que estava no meu papel de Líder, sim, chamar... A salinha não era minha, não. A salinha é do Parlamento. E a salinha da Liderança é de todos os Parlamentares, tanto que eu sempre trabalhei com portas abertas, exceto naquela reunião, que era sigilosa e que poderia trazer vários prejuízos a várias pessoas. Mas a porta sempre foi aberta. E fui eu, sim, que falei à nobre Deputada em relação às emendas, porque isso foi combinado. Foi combinado pelo Presidente da República, foi combinado pelo Flávio Bolsonaro, foi combinado pelo Ministro Ramos aqui no Parlamento e lá na casa do Rueda. Ele disse para nós que daria aos Parlamentares emendas extraorçamentárias. E o Presidente em exercício agora, o Júlio, sabe que isso é muito comum da democracia. Não estamos falando de nenhum crime, de nenhuma conduta criminosa. Não fui eu que pedi. Eu não pedi nada. Quem ofereceu foi o Governo. E basta ver a execução orçamentária em 2019 e em 2020 para ver a quantidade e os valores que foram pagos aos Parlamentares em despesas orçamentárias. Então, só para esclarecer à nobre Parlamentar, quero dizer que inclusive o Líder dela — eu estava com um panfleto agora aqui mostrando — mandou para Goiás 150 milhões, nobre Parlamentar, em emendas. Se as nossas emendas são de 15 milhões, como foi mencionado há pouco, 16 milhões mais 16



milhões de emenda de bancada — isso varia de Estado para Estado — são 32 milhões. Como é que o seu Líder agora executou, em Goiás, 150 milhões em emendas? Isso está no panfleto dele aqui guardado. Se for necessário, eu pego e mostro aqui ao vivo. Mas eu acho que é vetado pela Comissão mostrar provas. Mas eu mando! Como é que ele executou 150 milhões, querida Parlamentar? Então, tudo o que eu tratei foi republicano e estava no meu papel de Parlamentar. Quero lembrar à querida advogada — e eu sei que ela é advogada e é Deputada — que eu me propus a prestar um depoimento com compromisso legal. Minha vida é ética, é moral. A senhora pesquise a minha vida e a senhora vai ver. Agora, o que vocês fizeram comigo? Vocês me destruíram! E as orientações que a gente fazia — a senhora vai ver, se a senhora pesquisar — eram todas favoráveis ao Governo. E nós tínhamos, tínhamos não, temos uma orientação técnica muito boa por sinal. E essa equipe técnica, não sei se a senhora lembra, foi criada por mim e pelo filho do Presidente, o Eduardo Bolsonaro. Fui eu e o filho do Presidente que criamos essa assessoria técnica. E em boa parte dela estava o PSL. Era essa a equipe que trazia as questões técnicas de como votar em cada matéria. Mas nenhum Parlamentar, nobre Deputada, é amarrado às orientações do partido. Quem criou essa divisão entre água e óleo não fui eu, não. Quem atacou o Presidente do... Quem criou essa confusão nesse momento, quem quebrou o decoro não fui eu, não. Quem atacou o Parlamento... A senhora tem que entender, nobre Deputada, que a senhora é Parlamento. A senhora não é Executivo, não. A senhora não é escrava. A senhora não é subordinada ao Presidente da República, não. O.k.? Ou a senhora está ajoelhada ao que o Executivo faz? Presidente Júlio, olhe aqui, olhe! Eu estou de gravata preta e terno preto. Meu irmão, eu estou aqui — se me permite, desculpe! — até em homenagem às mais de 360 mil pessoas que morreram. Eu não defendo cloroquina, não. Eu não defendo azitromicina, não. Eu só defendo a vacina. Eu não defendo a maluquice. Eu sou um Parlamentar ético, correto, e o Brasil e Goiás sabem disso. Obrigado, Sr. Presidente. Espero ter respondido à pergunta do nobre advogado logo no começo da minha fala.



O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado. PSB - MG) - Pergunto ao nobre advogado e ao Relator, o Deputado Alexandre Leite, se eles têm alguma observação a fazer. Digo ao Deputado, nosso amigo e Delegado Waldir, que essa prática do "toma lá, dá cá" é uma prática que nós denunciemos há muito tempo. É um outro processo, e nós vamos colocar claramente isso, se for o caso, numa outra investigação, porque não faz parte desse processo em si. Mas eu pergunto ao nobre advogado e ao Relator se eles têm mais alguma pergunta a fazer ao Delegado Waldir, para que possamos a agradecer a participação do Deputado.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Pelo encerramento, Presidente.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Sem mais, Sr. Presidente. Só reitero, de novo, os meus cumprimentos ao Deputado Ivan Valente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado. PSB - MG) - É isso. O Deputado Ivan colocou bem a situação que nós colocamos, diante dessas denúncias que estão sendo feitas neste momento.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PSL - RJ) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado. PSB - MG) - Agradeço ao Deputado Waldir e o dispenso.

Abro a palavra, por 5 minutos, ao Deputado Carlos Jordy, que é o último inscrito.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PSL - RJ) - Ah, obrigado!

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - V.Exa. me dá só um minutinho, por favor, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado. PSB - MG) - Pois não, Deputado Waldir.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - É só para complementar, não é? Eu sugiro que o investigado apresente o áudio original — se a Polícia Federal já não o apreendeu —, para que seja submetido a perícia. Minhas redes sociais são provas. As planilhas, eu tenho as planilhas. Daquilo que eu aleguei, eu tenho as planilhas guardadas comigo aqui. Então, o que for necessário... E está aberto o meu



sigilo telefônico, bancário, e de emendas, e de redes sociais, integralmente, ao nobre Relator desta Comissão. Obrigado. Estou dispensado, Sr. Presidente e Sr. Relator?

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado. PSB - MG) - Está dispensado. Agradeço a participação de V.Exa.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado. PSB - MG) - E passo essas suas sugestões a critério de avaliação do nosso Relator.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Deputado Waldir, mais uma vez agradeço a sua colaboração. E receba aí os meus cumprimentos. Uma boa tarde para o senhor!

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PSL - GO) - Obrigado. Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado. PSB - MG) - Um abraço. Obrigado, Waldir.

Eu passo agora a palavra, imediatamente, ao Deputado Carlos Jordy, que está inscrito.

V.Exa. pode fazer a inquirição no tempo que julgar necessário, dentro de 5 minutos.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PSL - RJ) - Sr. Presidente, demais Deputados, Deputado Daniel Silveira e seu advogado, eu vim até aqui hoje na condição de inquiridor, porque ouvi muitas impropriedades e muitas falácias, enquanto estava no meu gabinete, por parte da testemunha. Estarei aqui como testemunha muito em breve, mas eu ouvi muita coisa sobre o que eu não poderia ficar quieto.

O Deputado Delegado Waldir disse que gosta da verdade. Bem, não parece, porque ele fez muitas afirmações aqui sem provas, muitas ilações, muitas acusações levianas sobre a suposta reunião que houve no Palácio do Planalto. E ele diz que houve um conluio para fazer essa gravação. Se você for olhar no dicionário o que significa conluio, é a "cumplicidade para prejudicar terceiros; ajuste maléfico". Mas vamos recapitular o que aconteceu antes dessa reunião.



O PSL, que era o partido do Presidente, o partido que tinha a marca do Presidente, que se tornou grande graças ao Presidente, tinha um Líder que começou a ter um comportamento no plenário que não era condizente com o que a sua base e os seus Deputados acreditavam. Não era o comportamento que nós, como base fiel do Presidente Bolsonaro, acreditávamos. Estava fazendo orientações contra o Governo, fazendo declarações contra o Governo, atacando o Presidente. Então, obviamente, nós decidimos que era hora de retirar um Líder que mais atrapalhava do que ajudava. Aliás, nunca ajudou o PSL, só atrapalhava, um Líder inepto, inapto, inábil, e que estava manchando a reputação e a imagem dos Deputados do PSL que eram leais ao Presidente Bolsonaro.

Chegamos à conclusão de que deveríamos fazer uma nova lista para colocar um novo Líder, só que, obviamente, há muitas vaidades dentro dos partidos. Inclusive, uma das testemunhas hoje era uma das pessoas que queria porque queria ser Líder do PSL. Nós chegamos à conclusão de que somente um nome poderia fazer com que houvesse um consenso e ser o novo Líder do partido. Era o Deputado Eduardo Bolsonaro, por ser filho do Presidente. E começamos a coletar as assinaturas.

Falamos com o Presidente Bolsonaro, e percebemos que estavam divididos porque, ainda assim, aqueles que têm essa vaidade não queriam assinar a lista. E houve também um movimento por parte do Delegado Waldir para inibir, para coagir aqueles que queriam assinar, para que não assinassem.

Então, o Presidente se reuniu conosco, e nós falamos com o Presidente sobre essa nossa intenção de trocar a Liderança, de colocar o Deputado Eduardo Bolsonaro. O Presidente ligou para alguns Deputados, mas não houve, em momento algum, promessa de cargo. Não houve nenhuma concessão de cargo, de emendas. E nada disso foi falado naquela reunião.

É lamentável que ele traga esses fatos aqui, porque o Conselho de Ética deveria ter aqui a mesma essência da CPI. Uma testemunha que comete falso testemunho, como ele vem cometendo, deveria responder criminalmente por essas



falas. É isso o que ele está dizendo, é isso o que ele está fazendo. Ele não tem provas do que ele está falando, e eu duvido que ele traga qualquer prova aqui sobre esse suposto conluio. Quem está fazendo conluio é o Delegado Waldir, o Delegado Felício Laterça e outros, para poder fazer uma caça às bruxas, para poder prejudicar o Deputado Daniel Silveira por ter divulgado aquele áudio naquela época.

E não houve nenhuma ilicitude, nenhum ilícito em divulgar aquele áudio. Aquela reunião era uma reunião que, em tese, deveria ser aberta, reunião do PSL. Ele não deveria estar fazendo uma reunião sua, propriamente sua, num local que é para todos os partidários, todos os Deputados do PSL. Se ele está lá fazendo uma reunião para o PSL, aquilo é de conhecimento geral, de todos os Deputados do PSL.

E o Deputado Daniel Silveira já foi punido pela suspensão do PSL. Querem um *bis in idem* agora. Aliás, o que o Delegado Waldir quer é poder atacar todos aqueles Deputados que o tiraram da Liderança por toda a sua incompetência, inabilidade, e por ele ser um Líder inepto naquele momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado. PSB - MG) - Por determinação do senhor advogado e do nosso Relator, nós dispensamos a oitiva do Deputado Delegado Waldir. Eu pergunto, em função da inquirição do Deputado Carlos Jordy, se pretende fazer algum complemento, se tem interesse de responder algo a respeito, para que possamos continuar o nosso encaminhamento. Isso se ainda estiver presente na sala.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PSL - RJ) - Sr. Presidente, eu sou arrolado como testemunha da defesa. Falarei posteriormente, mas, se quiser me conceder... Eu estava aqui de olho no relógio, mas posso aqui falar mais, caso seja necessário.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado. PSB - MG) - A defesa arrolou V.Exa. como testemunha? V. Exa. é o último a ser ouvido como testemunha?

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PSL - RJ) - Isso, isso. Não na sessão de hoje, posteriormente.



O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado. PSB - MG) - Não é hoje?

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PSL - RJ) - Não.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado. PSB - MG) - A informação que tive do Deputado Carlos Sampaio é que nós estávamos terminando a oitiva do Delegado Waldir e que nós iríamos, depois, ouvir os inscritos e iríamos ouvir, no caso, o advogado, o Sr. Relator, e iríamos encerrar.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Não, Presidente Júlio, a reunião já se encerrou com a dispensa da testemunha.

Na verdade, o Deputado Jordy não poderia mais nem estar falando. O propósito da reunião já foi atingido, e ela tem que ser encerrada. O Deputado Jordy vai falar em outra reunião.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado. PSB - MG) - Foi uma concessão nossa dar a palavra ao Deputado Jordy.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - O Deputado Jordy vai falar na outra reunião como testemunha. É que nós vamos ter a reunião sobre o processo da Deputada Flordelis agora, às 14 horas, e nós já vamos emendar.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PSL - RJ) - Presidente, Sr. Relator, é porque eu estava inscrito já, anteriormente, para poder fazer essa inquirição, mas dispensaram a testemunha sem que eu pudesse antes fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado. PSB - MG) - É isso mesmo, por isso que eu dei a palavra para o Deputado Jordy, em função de S.Exa. ter se inscrito para fazer a inquirição. E, por solicitação do advogado e de V.Exa., Relator, nós dispensamos o depoente, no caso, o Deputado Delegado Waldir.

Eu agradeço ao Deputado Carlos Jordy por ter feito a sua fala e, neste momento, estar-se colocando para a próxima reunião, quando falará, como testemunha, neste processo ainda.

Agradeço a todos.



Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião, convocando reunião complementar, logo após esta, em seguida, para que possamos continuar no caso da Deputada Flordelis.

Está encerrada a reunião.

O SR. JEAN CLEBER GARCIA FARIAS - Sr. Presidente, gostaria de agradecer a atenção de todos os membros desta Casa, a V.Exa. como Presidente, ao Deputado Alexandre Leite e aos demais presentes.

Eu peço as minhas escusas, se houve algum excesso da minha parte, mas, enfim, o papel da defesa é se debruçar sobre a matéria e buscar sempre a posição mais confortável, dentro das balizas da lei, para o seu constituinte.

Mais uma vez, uma boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado. PSB - MG) - Muito obrigado. Boa tarde ao senhor.